

# O POVO VOTOU NA DEMOCRACIA A CAMINHO DO SOCIALISMO!



• Os resultados das eleições para as autarquias locais assinalam uma deslocação do eleitorado para a esquerda

• A Frente Eleitoral Povo Unido obteve cerca de 18% dos sufrágios, ganhou em 37 municípios (33 dos quais por maioria absoluta), conquistou 267 mandatos para as Câmaras Municipais e fortes posições nas Assembleias

• Os partidos reaccionários PPD e CDS sofreram uma derrota: e foi cortado o passo às suas ambições de usarem o acto eleitoral de domingo para nova ofensiva contra a democracia

• Ao assegurar a vitória da FEPU nas zonas da Reforma Agrária e de grande concentração operária, os trabalhadores reafirmaram a sua determinação de defenderem as conquistas da Revolução contra a ofensiva da direita e contra a política de recuperação capitalista do governo PS

• Os grupelhos esquerdistas, apesar de terem ainda beneficiado com a sua acção as forças de direita, foram completamente isolados

• A FEPU realizou importantíssimos progressos em regiões do Centro e Norte do País, o que revela a crescente recusa das massas populares contra a dominação dos caciques reaccionários e abre importantes perspectivas de trabalho

• A nomeação de democratas para numerosos órgãos de poder local reforça as condições para a defesa da democracia e para a resolução dos problemas das populações

• As vitórias da FEPU e as derrotas dos partidos da direita alargaram as condições para a defesa de uma política nacional ao serviço dos trabalhadores e do povo português e reforçaram as condições de intervenção das forças políticas democráticas

## OS COMUNISTAS E AS SUAS TAREFAS

A importância do PCP na defesa da democracia rumo ao socialismo foi mais uma vez comprovada nas eleições para as autarquias. Grandes tarefas se colocam ao nosso Partido. Neste número do «Avante!», além dos resultados obtidos pela FEPU já conhecidos (ainda provisórios em muitos casos) publica-se diverso material de estudo e análise do último acto eleitoral. O seu estudo e divulgação é fundamental!



**25 DE ABRIL DE 1974  
12 DE DEZEMBRO DE 1976**

As eleições para as autarquias foram o terceiro acto eleitoral previsto pela Constituição com vista à institucionalização da democracia em Portugal.

Através da livre participação dos portugueses na escolha dos seus governantes a todos os níveis se concretizou uma vida democrática nascida do derrubamento do fascismo em 25 de Abril de 1974.

A construção da democracia no nosso país não tem sido um processo fácil, nem linear, a reacção fascista não desarmou, as liberdades não existem em numerosos pontos do território nacional, a legitimidade democrática é ainda violentamente atacada. Contudo, quanto caminho percorrido!

No essencial, as liberdades democráticas foram conquistadas, os monopólios foram destruídos, a Reforma Agrária realizou-se — o povo português caminha firmemente para

liquidar a herança fascista e construir um Portugal livre e próspero.

Encerrado o primeiro ciclo eleitoral do Portugal liberto do fascismo, o povo português não esquece os quarenta e oito anos de ditadura e de exploração, não esquece um passado que não quer ver regressado e que não consentirá que volte.

E o povo português não esquece também que, numa madrugada de Abril de 74, os soldados portugueses, os capitães de Abril desceram à rua para derrubarem a ditadura e lá reencontrarem um povo que com eles destruiu o fascismo. O povo português não esquece essa madrugada nem todas as madrugadas dessa aliança fecunda com as Forças Armadas de que nasceu um Portugal que caminha para o futuro.

Também nas umas, derrotando a direita reaccionária, reforçando as forças que se batem por um Portugal democrático, o afirmou.

### Editorial

#### AS ELEIÇÕES CONSOLIDARAM A DEMOCRACIA E A LIBERDADE

O ciclo prolongado e complexo da institucionalização do Estado democrático português chegou ao seu termo com as eleições de domingo para as autarquias locais.

Com esta última e importante jornada eleitoral, dadas as suas características especiais e os seus resultados, pode dizer-se que o ano político de 1976, para as massas populares, a classe operária e as forças progressistas portuguesas fechará com chave de ouro.

Mesmo levando em linha de conta o facto insólito de os números do apuramento final da votação, quatro dias depois, não terem sido ainda publicados oficialmente, aqueles que se conhecem permitem desde já afirmar que se trata de um êxito muito importante da Frente Eleitoral Povo Unido.

Muito importante sob vários aspectos.

☆☆

Um deles é que a partir de agora, ao nível dos concelhos e das freguesias, por vontade de milhares de eleitores, novos órgãos de poder local, desta vez institucionalizados, vão poder dar continuidade a um trabalho autêntico de promoção e defesa dos interesses locais, iniciado directamente pelas autarquias democráticas posteriores ao 25 de Abril e por Comissões e Conselhos de Moradores e outros organismos populares unitários. Em numerosas localidades — aldeias, vilas e cidades — lá onde as listas Povo Unido triunfaram, vai ser possível anular a herança nefasta do caciquismo reaccionário e fascista ainda não desalojado, vai poder-se criar novas formas de vida comunitária

(Continua na pág. 2)

## Editorial

## AS ELEIÇÕES CONSOLIDARAM A DEMOCRACIA E A LIBERDADE

(Continuação da pág. 1)

e democrática e perspectivar-se e resolver muitos dos agudos problemas que afligem as populações.

Nas autarquias locais agora criadas pelo sufrágio popular os aderentes da Frente Povo Unido vão encontrar-se e trabalhar em comum com milhares de cidadãos de outras formações políticas e aí estabelecer novos laços unitários de largo entendimento na realização de uma obra comum eminentemente progressista, aí erguer uma barreira contra as investidas da reacção, aí resistir e impor-se a quaisquer eventuais prepotências do Poder central.

Será nesse trabalho enraizado nas populações locais — onde as camadas trabalhadoras e pobres predominam — que os caciques e provocadores reacçãoários serão isolados, neutralizados e vencidos.

Ao nível dos municípios, o facto da existência, para já, de 37 Câmaras Municipais com maioria Povo Unido, entre elas 33 com maioria absoluta, algumas das quais em concelhos dos mais populosos do País, representa uma base notável para uma verdadeira descentralização democrática e abre perspectivas para um municipalismo novo ao serviço da população trabalhadora.



Um outro aspecto importante do êxito eleitoral da Frente Povo Unido é o da sua vitória nas zonas da Reforma Agrária e nos principais centros industriais do País, designadamente nas zonas de implantação das grandes empresas nacionalizadas ou sob intervenção do Estado.

Nos concelhos de Beja, Évora e Portalegre, onde a Reforma Agrária transformou o panorama social e económico da agricultura assim como nos concelhos do sul do distrito de Setúbal e nos de Santarém, onde igualmente as novas formas de exploração colectiva da terra baseadas na

liquidação do latifúndio, assentam na vontade inabalável da massa dos camponeses assalariados e muitos pequenos e médios agricultores, o voto do Povo foi o voto na Reforma Agrária. Foi também um voto de oposição contra a política de recuperação latifundiária do Governo do PS, contra as ameaças do ministro Barreto de empregar a força contra os obreiros da Reforma Agrária e de usar formas de estrangulamento e desintegração contra as Unidades Colectivas de Produção.

Nas grandes zonas industriais do País, ao votarem maciçamente nas listas da FEPU — dando-lhe ora vitórias, ora importantes posições em municípios de grande importância — as classes trabalhadoras demonstraram inequivocamente não só o seu apoio às forças políticas que mais consequentemente se têm batido pelas conquistas da Revolução, como também a sua determinação em não deixarem passar os esforços de recuperação capitalista do Governo minoritário PS.

Como já sucedera nos anteriores actos eleitorais, as regiões em que o Povo português criou condições para fazer avançar as conquistas revolucionárias, onde a democracia foi efectivamente instaurada e onde as liberdades democráticas existem de facto, onde, finalmente, a prática revolucionária das classes trabalhadoras alterou profundamente o panorama social, nessas regiões a consciência política do eleitorado afirma claramente o seu apoio às forças políticas que apoiam e apoiam a construção em Portugal de uma democracia rumo ao socialismo — e especialmente ao PCP.



O êxito alcançado pela Frente Eleitoral Povo Unido e os reveses sofridos pelos partidos da direita reacçãoária e pelo Partido Socialista têm

naturalmente um significado e um alcance nacional.

O PCP criticou a politização excessiva introduzida nomeadamente pelos dirigentes do PS numas eleições que se deveriam centrar essencialmente em torno dos problemas e aspirações locais, da defesa dos interesses das populações e da consolidação de uma administração local democrática e actuante.

Aos partidos da direita, goradas que foram as suas tentativas de tomarem o Poder nas anteriores eleições, interessava bem pelo contrário fazer do último acto eleitoral um derradeiro esforço para criarem condições aos seus projectos contra-revolucionários. Quanto ao Partido Socialista, o descontentamento gerado pela sua política de recuperação capitalista e de ataque à Reforma Agrária, além da inoperatividade e incompetência demonstrada por largos sectores do Governo, levou-o, igualmente, a pretender «plebiscitar-se» nas eleições para as autarquias, para o que, aliás, não hesitou em utilizar de forma frequentemente indigna as alavancas governamentais de que dispõe (meios de Comunicação Social, actividade eleitoral dos governadores civis, etc.).

Uns e outros viram os seus resultados emagrecidos em milhares e milhares de votos e foram bem pelo contrário os partidos coligados na FEPU que encontraram no eleitorado o reconhecimento da justiça de uma política de intransigente defesa da democracia e das conquistas da Revolução.

A importância do papel de um grande partido nacional como é o PCP, a necessidade da sua participação activa no prosseguimento do processo de construção da democracia ressalta das últimas eleições com meridiana clareza, só idêntica à clareza com que o Povo português condenou os projectos e ambições da direita.

Também os grupelhos esquerdistas — tropa de

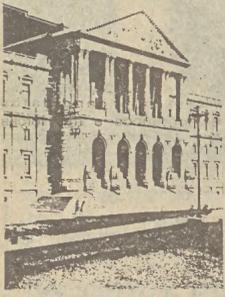
choque da reacção — foram reduzidos à expressão real da sua falta de implantação e o eleitorado manifestou largamente a crescente consciência que ganha os trabalhadores do papel divisionista e objectivamente reacçãoário da actividade de provocadores que custou, em várias circunstâncias, preços graves ao processo revolucionário.

A análise completa dos resultados eleitorais não pode ainda ser integralmente realizada e muitos aspectos haverá ainda a salientar. O facto de a FEPU, por exemplo, ter obtido resultados para as Assembleias Municipais superiores ainda aos conquistados para as Câmaras é, por exemplo, um dos factos significativos que desponta já e que reflecte a confiança popular nos democratas coligados na Frente Povo Unido para a defesa dos seus interesses no quadro de instituições profundamente democráticas.

Igualmente os importantes avanços verificados em zonas tradicionalmente dominadas pelos caciques reacçãoários que nelas instalaram um poder local reacçãoário assume uma importância que não cessa — bem pelo contrário — com o apuramento dos resultados.

Mas, no geral, a base de apoio a uma política de esquerda, a uma política efectivamente de acordo com os interesses dos trabalhadores e do País, alargou-se substancialmente, do mesmo passo que a capacidade de manobra da direita se viu reduzida.

As condições objectivas para que as forças políticas — civis e militares — efectivamente interessadas na defesa das conquistas da Revolução, na defesa da independência nacional e no prosseguimento de um caminho que sirva os interesses das classes trabalhadoras e do Povo português possam corresponder aos interesses nacionais foram, com os êxitos da Frente Eleitoral Povo Unido, reforçadas e ampliadas.



## Os comunistas na Assembleia da República

Vital Moreira: a alternativa do PCP à política de austeridade do PS, a propósito da questão do 13.º mês. Severiano Falcão e Lino Lima: os argumentos hipócritas e anticonstitucionais do CDS em defesa da recuperação capitalista

1. A discussão do projecto do Governo quanto ao pagamento de parte do 13.º mês em títulos do tesouro foi esboçada na Assembleia da República, a propósito do pedido de urgência do Governo para a discussão da sua proposta de lei nessa matéria. Logo na 6.ª feira o nosso Grupo Parlamentar, na sequência das posições definidas já pelo nosso Partido e defendidas na luta de massas, afirmou claramente a nossa recusa ao pedido de urgência e ao projecto em si.

O camarada Vital Moreira, desenvolvendo o sentido da nossa oposição esclareceu, primeiro, o carácter inconstitucional da medida do Governo que em princípio a pensava decretar quando a matéria, um empréstimo forçado, é da competência própria da Assembleia da República. Em segundo lugar, o nosso camarada inseriu esta medida no conjunto de uma política antipopular e administrativista, protestando pelo escândalo inadmissível que é o facto de haver empresas que se apressaram a não pagar o 13.º mês na íntegra com base apenas no anúncio nos jornais das intenções do Governo — o que é um processo administrativo perfeitamente intolerável e discriminatório. Em terceiro lugar, denunciando a integração desta medida numa falsa política de austeridade que visa fazer pagar preferencialmente aos trabalhadores o preço das dificuldades criadas pelo grande capital nacional e internacional, o nosso camarada reafirmou o apoio do PCP a uma verdadeira política de austeridade que comece por fazer pagar a quem mais tem, e apresentou a alternativa a medidas deste tipo que seria medidas de tributação fortemente progressiva dos rendimentos do capital, ou um imposto sobre a riqueza, porque, como é evidente, ainda há em Portugal grandes capitalistas. Mostrando que a posição do nosso Partido não se devia a uma tática eleitoral, o nosso camarada Vital apresentou, pois, alternativas a este projecto do Governo, demarcando assim a atitude do PCP da atitude daqueles partidos que já em outras ocasiões defenderam medidas semelhantes (caso concreto de Alfredo de Sousa do PPD/PSD).

## O QUE O CDS NÃO COMPREENDE

2. Outra discussão importante foi a que se travou sobre o requerimento que o CDS apresentou sujeitando a ratificação do Decreto-Lei 821/76 que estabelece providências destinadas a impedir a perturbação do funcionamento das empresas geridas pelos trabalhadores, suspendendo as acções judiciais interpostas pelos patrões no sentido de reaverem as empresas que abandonaram e sabotaram.

O CDS "argumentou", invocando hipócrita e vesgamente a Constituição, no preciso momento em que a pretendia violar; insultou os trabalhadores e a legitimidade democrático-revolucionária das suas conquistas revolucionárias, chorando lágrimas de crocodilo sobre os pobres empresários vítimas do "terror" das ocupações e erguendo o espantoso da ameaça aos pequenos e médios industriais que foram, sim, ameaçados pelo grande capital monopolista. Em suma, o CDS defendeu os interesses dos clientes dos seus deputados (o deputado Naranha Coissoró invocou mesmo as "queixas" dos seus clientes...), que o mesmo é dizer, os interesses de classe de que é representante.

Contra esta nova manobra reacçãoária, intervieram os deputados comunistas Severiano Falcão e Lino Lima.

Lino Lima — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Ministro do Trabalho: Invocando a inconstitucionalidade do Decreto-Lei n.º 821/76, de 12 de Novembro, o CDS pretende na realidade que o patronato possa continuar a apoderar-se das empresas que os trabalhadores se viram forçados a gerir para obstar ao abandono e à sabotagem económica que em centenas delas se verificou a seguir ao 25 de Abril. É um meio de, através das vias formais, se facilitar o caminho da recuperação capitalista e da contra-revolução, e para isso invoca-se a Constituição que se rejeitou. É evidente que não está em causa o direito de a ter rejeitado, mas sim o ser-se contra os princípios que nela estão consignados. E, para facilitar a contra-revolução, até ouvimos o fadinho triste dos pequenos empresários e da desconfiança nos Srs. Julzes.

Mas nada disto admira, Sr. Presidente e Srs. Deputados. O CDS está dentro do seu papel de partido reacçãoário e por isso tudo o que cheira a Revolução do 25 de Abril enoja aquela bancada.

Habitados a viver no mar podre do fascismo em que a exploração dos trabalhadores era fácil, porque além do mais se fazia com o apoio da PIDE/DGS, esta frente civilizada da CAP e da CIP é evidente que não compreende, nem pode compreender, as transformações operadas na sociedade portuguesa após o 25 de Abril. No caso concreto, não compreende, nem pode compreender, que os trabalhadores, usando o direito sagrado de defender a Revolução, tenham assumido a gestão de algumas centenas de empresas para do mesmo passo, defender o seu direito ao trabalho e defender a economia nacional.

Não compreende o CDS, nem pode compreender, que foi graças à acção desses trabalhadores que não houve uma paralisação generalizada de empresas, que lançaria milhares de trabalhadores no desemprego e arrastaria o País para o caminho do caos económico. Foi devido à acção directa dos trabalhadores, relativamente às empresas em que intervieram, e indirecta, relativamente àquelas em que o patronato quis evitar essa intervenção, porque dela receoso, que este abandono ou o caminho da sabotagem económica. Permito-me pôr em evidência que essa acção moralizadora dos trabalhadores foi ao ponto de ser uma acção dissuasora de todos aqueles que, por razões políticas e económicas, não desejavam outra coisa senão voltar ao 24 de Abril.

É apropriado sublinhar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que se diz no relatório apresentado ao VIII Congresso do meu partido: "esta acção dos trabalhadores não resultou de qualquer plano ou programa político, mas de uma necessidade dos trabalhadores para defender a democracia, a actividade económica e o próprio emprego".

Foi a vida, Srs. Deputados, que impôs aos trabalhadores, em cada caso concreto, em cada empresa concreta, uma forma de actuação, para sua defesa.

Não é por acaso que já aqui se referiu o que quero uma vez mais sublinhar, que as causas conhecidas de intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas são as mais variadas: foram, em muitos casos, a fuga dos patrões para o estrangeiro, as situações de falência, os desvios e transferências de fundos, as fraudes contabilísticas, a retirada de maquinaria e equipamento, o esgotamento de stocks e a sua não reposição, a não aceitação ou cancelamento das encomendas, o desinteresse manifestado pelas administrações na procura de clientes, foi de uma maneira geral o risco de

encerramento próprio da empresa. Foram os mais diversos factos, nas mais diversas circunstâncias, que fizeram com que os trabalhadores, actuando também das formas mais diversas, tivessem assumido a gestão das empresas.

É portanto falso, ou então resulta de uma total ignorância do desenvolvimento do processo revolucionário, dizer-se que essa acção dos trabalhadores resultou de qualquer plano político. A vigilância e controlo dos trabalhadores traduziu-se efectivamente numa intervenção de carácter profundamente democrático e patriótico, para impedir as fraudes, as ilegalidades, o boicote, a sabotagem do patronato reacçãoário, e para manter as empresas em laboração, assegurando a produção e os postos de trabalho.

Houve empresas, e isso já aqui foi referido, que foram recuperadas económica e financeiramente, mas o que ainda não foi referido, salvo erro, foram os tremendos sacrifícios que os trabalhadores fizeram e continuam a fazer nessas empresas para as manter em laboração.

É no desenvolvimento deste processo que os trabalhadores são obrigados a assumir a gestão total ou parcial de muitas empresas. Numas substituindo as administrações, noutras exercendo o controlo operário sobre as administrações. Trata-se, portanto, de soluções de emergência que os trabalhadores foram obrigados a encontrar para responder às situações objectivas com que depararam. E invoco como testemunho desta afirmação aquilo que tinha nos meus apontamentos, e que o Sr. Ministro há pouco referiu, o facto de, após a publicação do despacho de 23 de Fevereiro do Ministério do Trabalho, só cerca de cem patrões terem ido reivindicar a posse das empresas. Contudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há muitas centenas de empresas — rondam à volta de um milhar — em que os trabalhadores tiveram de assumir a gestão, ou directamente ou sob a forma de cooperativa. Reparem, portanto, que, quando o Ministério do Trabalho dá oportunidade ao patronato de vir reivindicar a posse dessas empresas, só cerca de 10% é que usa desse direito. Porque o não usarem os outros 90%? É que sabiam muito bem que tinham abandonado as empresas ou as tinham deixado em circunstância tal que para eles não era remunerador o trabalho que pudessem continuar a desenvolver nessas empresas como patrões. É bom que não se esqueça isto.

Perante as situações criadas, os governos provisórios foram obrigados, e repare-se bem nisto, depois de longas lutas dos trabalhadores, a credenciar comissões, que assumiram a gestão das empresas, habilitando-as assim a praticar os actos de administração necessários para as manter em actividade.

Em nome de quê o Ministério do Trabalho e o Ministério da Tutela passaram essas credenciais? Em nome de quê afrontaram esse "sagrado" direito da propriedade privada que tanto faz tremor de emoção os deputados do CDS?

Respondo: em defesa da democracia, porque é evidente que, se o processo de abandono e sabotagem económica tivesse continuado a proliferar, a democracia não se tinha sustentado muito tempo neste País; em nome da economia nacional, porque, se essas empresas fechassem e, seguidamente a essas, a outras sucedesse o mesmo, tal facto punha em evidente perigo a economia nacional; em nome do direito ao emprego que está hoje consagrado na Constituição, mas que já antes estava consagrado na consciência de todos os homens bem

formados, nomeadamente daqueles que sinceramente invocaram o seu cristianismo".

## CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

O camarada Severiano Falcão, fazendo-se eco de numerosos encontros dos deputados comunistas com delegações de Comissões de Trabalhadores de empresas por eles geridas e das posições dos Secretariados das empresas em autogestão, apresentou casos concretos de recuperação económica e financeira de empresas pela gestão dos trabalhadores, e de tentativas violentas de recuperação capitalista por parte do patronato reacçãoário — Frampor (Lisboa), Hotel Metrópole (Lisboa), Malhas Docar, hoje Cooperativa Niltex (Barcelos), Nefil, hoje CINCOMO (Gondomar), Confecções Hert (Porto), Norlim, hoje COPIGRA. Para mais completa elucidação do problema e desmascaramento da manobra do CDS, o nosso camarada referiu o caso da fábrica de bolachas CUETARA (Pombal), que revela a violência e arbitrariedades cometidas pelos patrões quando conseguem recuperar as empresas, que entretanto tinham sido geridas, e bem, pelos trabalhadores. Disse o nosso camarada:

"Ainda não se extinguiu nesta Assembleia o eco dos insultos e das calúnias do CDS, contra os heróicos trabalhadores alentejanos, quando há pouco tempo pretendeu em vão que ela suspendesse as leis da Reforma Agrária.

"Novamente o CDS volta a insultar e a pôr em causa os duros sacrifícios de milhares de outros trabalhadores, de Norte a Sul do País, agora com o seu Requerimento de Sujeição a Ratificação do Decreto-Lei n.º 821/76.

Para assustar os pequenos e médios industriais, em especial aqueles que estão empenhados na democratização e reconstrução económica do País, há muito que a reacção pretende fazer crer que as pequenas e médias empresas, que continuam a ser geridas pelos seus proprietários, mais dia menos dia também serão "ocupadas" pelos trabalhadores.

Tudo isto é falso, e os trabalhadores que nos visitam têm-no afirmado expressa e claramente, como, aliás, nós comunistas há muito o afirmamos também. Pelo contrário, antes têm defendido e procurado solidarizar-se com muitos destes pequenos e médios industriais, para a consolidação das providências já tomadas e a tomar, contra todo o tipo de sabotagem económica de que também eles têm sido vítimas.

No seu Requerimento de Sujeição a Ratificação o CDS escreve que o Decreto-Lei 821/76 vai acarretar gravíssimos prejuízos à economia nacional porque conduz naturalmente ao retraimento do investimento no sector privado, agravando a crise económica em que o País se encontra mergulhado.

Contrariamente ao que afirma e escreve o CDS, o Decreto em referência não retrai o investimento no sector privado nem agrava a crise, a não ser por parte daqueles que não estão interessados em investir, precisamente para que a crise se torne cada vez mais grave.

É que, a par das numerosas empresas sob gestão e posse útil dos trabalhadores, milhares de outras continuam a laborar exemplarmente na posse de seus proprietários, merecendo por isso tanto maior respeito, quanto é certo viverem a braços com inúmeras dificuldades".

# E AGORA, QUE FAZER NAS AUTARQUIAS EM QUE GANHÁMOS?

E agora, que fazer com as autarquias, que fazer da vitória? Empenhados num combate em defesa dos ideais democráticos, numa batalha eleitoral cujos resultados são já conhecidos, os comunistas, lado a lado com outros democratas com ou sem partido, defenderam nos vários programas que apresentaram os interesses das populações, levaram em conta antes do mais as aspirações do povo a quem se apresentaram e perante o qual se comprometeram e pelo qual foram eleitos. No seio de uma Frente Eleitoral cujo objectivo essencial era unir o povo, os comunistas e outros democratas, que tinham já dado provas e dado contas das suas responsabilidades em muitas frentes de luta alcançaram uma apreciável vitória, que é uma vitória do povo mobilizado e unido, que é uma vitória da democracia.

A nível nacional esta vitória dá mais peso e razão de confiança à esquerda, às forças democráticas, abre perspectivas, fornece meios e possibilidades de desenvolvimento e de unidade entre as formações políticas de esquerda. A nível local esta vitória não se traduz apenas numa mudança de personalidades à frente dos órgãos de poder. As autarquias onde os democratas foram eleitos estão agora ao serviço das populações e os comunistas vão cumprir os compromissos que assumiram, vão continuar a lutar pela concretização das aspirações populares, vão assim utilizar a favor das populações a vitória do Povo Unido.

A luta, que é como quem diz o trabalho, vai continuar. Com o mesmo empenho e entusiasmo e confiança. Um trabalho que se não interrompe, que liga uma prática anterior às tarefas que se definiram e que se vão pondo no quotidiano, um trabalho que vai aproveitar muito do impulso mobilizador que a FEPU conseguiu imprimir a vastas camadas da população. Um trabalho em que os comunistas se vão distinguir fundamentalmente pelos seus métodos democráticos, pela defesa dos reais interesses das populações, pela capacidade e pelo rigor.

## Os métodos democráticos:

A democracia, como a pensam os comunistas, não acaba com as eleições, antes pode de certo modo encontrar nas eleições um suporte para o seu aprofundamento, quando as eleições se realizam em liberdade verdadeira, quando os eleitores votaram com esclarecimento, quando através do voto eles puderam avançar um passo mais na consolidação da democracia. Para os comunistas, no entanto, votar não é delegar completamente poderes, não é findar a participação; eleger é colocar à frente dos órgãos do Poder homens e mulheres que dirijam conformemente aos interesses dos eleitores, que não quebrem a ligação de massas que representam.

Se, para a elaboração das listas do Povo Unido se teve em conta, para além da filiação ou da independência partidária, a condição de democrata e de antifascista,

a dignidade moral, por outro lado a esmagadora maioria dos nomes propostos e eleitos são homens e mulheres ligados estreitamente aos problemas que preocupam os trabalhadores, ligados às suas organizações de base, às Comissões de Trabalhadores e de Moradores e a outros organismos unitários. Muitas organizações populares de base foram consultadas, ouvidas, muitas participaram na elaboração das listas e dos programas. Hoje, em todo o lado onde os comunistas e outros democratas foram eleitos, as massas populares e as suas organizações unitárias têm a garantia de que a ligação ao poder local está a concretizar-se, de que na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal ou na Junta de Freguesia se encontram trabalhadores atentos que procuram ouvir, decidir em conformidade com a vontade dos outros trabalhadores, sem sectarismo. Em qualquer dos órgãos do poder local em que se encontra, o comunista tem atrás de si a experiência da classe operária, o seu sentido de responsabilidade e de disciplina, a sua vontade de unir, de organizar, de olhar para o futuro com confiança.

## A defesa dos reais interesses das populações:

Os comunistas não fazem promessas demagógicas. Não descêram à praça do eleitoralismo burguês a prometer o chafariz. Prometeram trabalhar. E vão fazê-lo, ou melhor, vão continuar, juntos com outros democratas eleitos pela FEPU. Num país em que durante 48 anos os municípios eram delegações de um poder repressivo e obscurantista, os comunistas vão hoje transformar muitas autarquias em órgãos de poder ao serviço dos interesses do povo. Vão recusar a partidarite, mesmo quando defendem as ideias do seu partido quanto a este ou àquele ponto em discussão. Vão, em muitas autarquias partilhadas com outras forças políticas, bater-se pelo essencial, afastar as discussões improdutivas, procurar sempre por a sua capacidade de empreendimento, o seu dinamismo ao serviço do progresso. Vão promover trocas de experiências, vão escolher as melhores ideias e as mais úteis, vão pôr à prova o seu discernimento.

## A capacidade de trabalho e o rigor:

A vida dos comunistas, dos democratas consequentes, é feita de trabalho e de luta. Não de um enfadonho «espírito de sacrifício» ou de uma hipócrita entrega a um destino infeliz. Do trabalho e da luta têm bastas vezes os comunistas dado provas, da sua dedicação sem limites à causa do progresso e do bem estar de todos. Por tais qualidades são conhecidos e por tais qualidades serão reconhecidos à frente das autarquias para que foram eleitos. Não vão poupar os seus esforços.

Vão também ser reconhecidos pelos seus métodos, pelo seu rigor, pela nitidez administrativa, pela capacidade de organização que exigem as tarefas que lhes foram confiadas e pelas quais prestarão contas.

Os comunistas vão ser dignos do Povo Unido que os escolheu.

# AS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS PUSERAM EM EVIDÊNCIA A CORRECÇÃO DA LINHA POLÍTICA DO VIII CONGRESSO

As autarquias locais, como parte do aparelho de Estado mais próximo das populações, como instrumentos essenciais para a resolução dos graves problemas e carências que se manifestam com grande diversidade e complexidade a nível local, constituem uma importante frente de luta de massas — afirma-se nas Teses aprovadas no VIII Congresso do PCP.

Realizadas as eleições para as autarquias locais completou-se o ciclo orgânico da institucionalização da democracia portuguesa. Eleitos os representantes do povo português nas diferentes instâncias do Poder, uma nova fase se inicia na vida política nacional que, segundo o consignado na Constituição, deverá assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras.

A experiência colhida durante cerca de dois anos e meio na administração das autarquias locais pelas forças democráticas, revela as amplas possibilidades que este campo abre à democratização da vida local e também à resolução dos problemas mais prementes das populações. Se se tiver em conta que a administração democrática realizada neste espaço de tempo se debateu com as mais diversas dificuldades, nomeadamente no que se refere aos condicionamentos de ordem económica, técnica e de excessiva centralização administrativa — para não falar nas condicionantes de carácter essencialmente político — não pode deixar de se considerar os resultados alcançados extremamente positivos.

Importa salientar que tais resultados só foram possíveis, em grande parte, dadas as estreitas ligações e formas de cooperação estabelecidas com as organizações populares de base e com o esforço e activa participação das populações. Como se afirmava nas Teses do VIII Congresso do PCP, as eleições para as autarquias locais representaram uma importante oportunidade para dinamizar o movimento popular e intensificar através dos próprios Conselhos Municipais a participação das organizações populares de base nas principais decisões de interesse colectivo local. O processo unitário desencadeado pela Frente Eleitoral Povo Unido, correspondendo aos mais profundos anseios das massas populares, conseguiu em grande parte o objectivo que se propôs — fortalecer a unidade das populações em torno dos seus problemas concretos, avançando para o desenvolvimento de um

processo de muito larga unidade e cooperação democrática a nível local.

Como salientou o PCP nas suas Teses ao VIII Congresso, a realização de uma política democrática a nível local, o combate ao caciquismo e às tentativas das forças reacçãoárias de transformarem as autarquias em base de apoio para a contestação do regime democrático, a intensificação da participação popular por forma organizada, na resolução dos seus

problemas, a defesa da autonomia local consagrada na Constituição, significando a atribuição às autarquias dos meios financeiros e técnicos e dos poderes necessários à realização das suas actividades essenciais — são objectivos de vital importância para a consolidação da democracia portuguesa e para o fortalecimento de perspectivas de progresso e desenvolvimento a nível local.

Eleitos os representantes

populares para os órgãos de poder local, completou-se a institucionalização da democracia mas não terminou a luta das massas populares pela defesa dessa mesma democracia. Muito pelo contrário. Compete agora às populações velar para que os seus representantes defendam os interesses da colectividade, colaborando activamente com eles na resolução dos problemas da comunidade, abrindo o caminho para uma vida mais justa, para o progresso, para o socialismo.

# O ANTICOMUNISMO E AS ELEIÇÕES

Concluído mais um importante passo para a institucionalização no nosso país de um regime democrático que, de acordo com os termos da Constituição, marcha rumo ao socialismo, pode-se constatar que o anticomunismo continua a ser a pedra de toque que permite analisar o comportamento das diversas forças políticas relativamente ao regime democrático saído da revolução do 25 de Abril de 1974.

Com efeito o anticomunismo, arma de choque da reacção, é a veste que utilizam todos os que não estão interessados na construção do regime democrático e, por isso, o anticomunismo não passa de uma forma mais do comportamento antidemocrático.

O período eleitoral que acabámos de viver é, neste aspecto, altamente elucidativo. As forças reacçãoárias e de direita deram, uma vez mais, provas bastantes de que a democracia que dizem defender não passa afinal de uma situação de liberdade para si e as forças suas aliadas e de limitação dos direitos e das liberdades das massas populares e das suas organizações mais representativas.

Quando os partidos reacçãoários afirmam defender a democracia — e verifique-se que essas suas declarações se intensificam por alturas dos períodos eleitorais — a realidade tem mostrado que se trata de meras declarações circunstanciais, ocas de sentido.

O combate ao anticomunismo continua a ser uma das tarefas principais de todos os democratas e antifascistas na hora presente. E, neste campo, as eleições para as autarquias locais representam um grande passo em frente.

O amplo movimento de massas que se constituiu em torno das candidaturas da Frente Eleitoral Povo Unido, bem como o carácter largamente unitário de algumas centenas de listas

apresentadas e patrocinadas por grupos de cidadãos eleitores, representam um reforço do combate das massas populares ao anticomunismo — consequentemente, à reacção — porque se soube unir largos sectores da população em torno de objectivos comuns e na luta pela defesa de interesses da população.

As eleições para as autarquias constituíram, por isso, uma fase importante na luta contra o anticomunismo, na luta pela democracia, se bem que, nesse campo, a análise do que se passou não possa deixar de revelar alguns aspectos contraditórios.

Assim, estas eleições voltadas para o nível local e regional, não puderam deixar de sofrer a influência que os caciques reacçãoários exercem ainda em vastas regiões do país sobretudo no Norte.

Os caciques do PPD e do CDS sempre têm agitado o anticomunismo no esforço de manterem o seu domínio sobre as populações.

Os resultados globais das eleições nessas zonas dominadas pela reacção pelos caciques reacçãoários mostram, ao observador menos atento, que essa tendência se mantém. Com efeito, é nessas zonas que o PPD e o CDS obtêm os seus melhores resultados globais, provando-se deste modo que o caciquismo reacçãoário e a campanha anticomunista estão directamente ligados à ausência ou limitação de liberdades democráticas.

São os senhores de antes do 25 de Abril, os poderosos locais, que estão à frente desses partidos nessas regiões, onde as liberdades não chegam, onde a democracia ainda não vive.

Mas quem se debruça atentamente sobre os resultados poderá constatar que, na esmagadora maioria das freguesias do Norte do País, as forças democráticas e unitárias reforçam as suas posições.

As populações vão-se

progressivamente libertando da influência dos caciques reacçãoários.

É este o aspecto contraditório que ressalta das eleições para as autarquias locais. Se, por um lado, as populações podiam ficar à mercê do caciquismo, por outro lado, o conhecimento pessoal dos candidatos da democracia não deixou igualmente de constituir um factor de peso no desfecho dos resultados.

E foi o que aconteceu. Lá, onde as forças da reacção têm centrado os seus ataques com mais regularidade e violência, onde praticam uma política demagógica e de mentiras, onde ignoram os interesses e anseios das populações em detrimento dos seus interesses pessoais e partidários — os interesses dos grandes capitalistas, dos grandes senhorios e proprietários — são cada vez mais amplos os sectores da população que viram nos candidatos democráticos e nas forças democráticas que os apoiam o caminho certo de um futuro de progresso, paz e felicidade.

A Frente Eleitoral Povo Unido e as candidaturas unitárias de grupos de cidadãos eleitores não deixaram de alcançar, aí, resultados altamente positivos, poque são cada vez mais aqueles para quem as mentiras do PPD, e as bombas que ambos encobrem, são contra o progresso das populações, são contra o progresso do nosso país, são contra as liberdades e a democracia.

O PPD e o CDS têm fortes motivos para estarem preocupados. O avanço das forças de esquerda nos feudos da reacção é um facto inegável e constitui uma grande vitória da democracia e uma severa derrota para o PPD e o CDS.

Os passos que se deram com estas eleições para o aumento da influência das forças de esquerda em zonas do país bem diferenciadas é a prova de que a campanha anticomunista das forças reacçãoárias e de direita nada pode contra a unidade dos democratas e de todos os portugueses honrados.

# NO ALENTEJO O POVO UNIDO VOTOU FEPU VOTOU A DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Nas regiões mais importantes da zona de intervenção da Reforma Agrária, os resultados das eleições para as autarquias locais representam a firme resposta das populações à política agrária que o Governo PS pretende impor. Essa política iniciada por uma ofensiva violenta, sem precedentes por parte do Governo, revelou-se em vésperas de eleições pela aplicação ilegal do direito de reserva e por uma série de medidas convergentes, todas elas no sentido de desmantelar as unidades colectivas de produção e transformar a Reforma Agrária numa «reformazinha» à semelhança da Europa capitalista como aliás foi claramente expresso pelo ministro Barreto na sua intervenção na RTP no período da campanha eleitoral.

Mas de pouco valeu ao Governo PS, nomeadamente através do ministro Barreto, estender a mão ao voto da direita, quer desencadeando medidas contra a Reforma

Agrária gratas à reacção, quer prometendo outras, como a revisão da Lei do Arrendamento Rural, uma das mais insistentes reivindicações da CAP, quer ainda acenando com a revisão da pontuação das áreas expropriáveis, pretensão do CDS no seu projecto de revisão da Reforma Agrária, derrotado na Assembleia da República.

Deste modo o Governo PS, através do ministro Barreto, na sua intervenção, quase no encerramento da campanha eleitoral, pretendeu assegurar uma vez mais aos partidos de direita que não se arrenderiam de levar até ao voto a aliança ao PS já estabelecida tacitamente pelo PPD/PSD e pelo CDS em terras do Alentejo onde desistiram de concorrer na esmagadora maioria dos concelhos e das freguesias. Deixando de concorrer em 180 freguesias do Alentejo e em cerca de 20 Câmaras e Assembleias Municipais, o CDS e o PPD/PSD não pretendiam abandonar, nem

por sombras, o combate à Reforma Agrária. Só que para garantia de obtenção de uma maioria jogavam o voto no PS como a via infalível de dominarem e utilizarem o poder local contra a Reforma Agrária. A aliança de direita foi derrotada. As contas saíram erradas aos partidos de direita e ao Governo PS. A vitória da FEPU na maioria dos concelhos alentejanos e as posições ganhas nas assembleias de freguesia é uma garantia de que o poder local será um baluarte na defesa dos interesses das populações, na consolidação da Reforma Agrária.

A vitória da FEPU abre perspectivas para um fortalecimento ainda maior da unidade entre comunistas, elementos do MDP/CDE, elementos da FSP, socialistas e independentes que integram a Frente Eleitoral Povo Unido. A unidade na acção que agora se viverá mais intensamente no trabalho dos órgãos das autarquias locais, o esforço conjunto na satisfação dos

interesses das populações, no incentivo da participação das massas populares no poder local, na colaboração com as organizações populares de base, multiplicará os efeitos políticos da vitória da FEPU nas terras do Alentejo e nas demais regiões onde atingiu posições. O significado dos resultados da FEPU em terras alentejanas não se mede apenas em números pontuais de uma eleição mas na garantia de que o poder local, sob a orientação de comunistas e outros democratas está, de facto, ao serviço do povo trabalhador, da consolidação do processo revolucionário e portanto da Reforma Agrária. Esta vitória confirma ainda a justiça da política do Partido Comunista Português em relação à Reforma Agrária. A reacção e o Governo PS asseguraram que a Reforma Agrária «é um feudo do PCP», «uma perversão totalitária». Mas na verdade, a própria constituição da FEPU demonstra que o PCP não está sozinho na defesa da Reforma

Agrária (nem pretende estar), que esta conquista fundamental do processo revolucionário pertence às massas trabalhadoras e, como tal, é defendida por um conjunto de forças democráticas.

A vitória das forças de esquerda nos órgãos para as autarquias locais no Alentejo demonstra ainda como as populações consideram coerente e acertada a política defendida pelo PCP perante as provocações montadas pelo Governo PS desde que o ministro Barreto assumiu o pelouro do MAP. Ao contrário de certas forças esquerdistas que tentam levar os trabalhadores para greves insensatas, prejudiciais aos objectivos da luta pela Reforma Agrária e convocam manifestações em vésperas do acto eleitoral para provocarem confrontos com a GNR e uma desestabilização social cuja gravidade poderia passar pelo adiantamento das eleições, o Partido Comunista tem situada a orientação da

luta pela defesa da Reforma Agrária na aplicação do direito de reserva, segundo o respeito escrupuloso pelo que estipula a lei, na obrigatoriedade do debate com os trabalhadores, na definição e aplicação deste direito de reserva, tal como é estipulado na Constituição, no apoio às UCPs e no apoio ao estimular da solidariedade à Reforma Agrária; na exigência de prosseguimento das expropriações segundo o determinado pela Lei das Expropriações e pela própria Constituição.

A vitória da FEPU vem dar mais força à manutenção desta política porque ao votarem na Frente, as populações sabiam que nela se integravam militantes do Partido Comunista, do MDP/CDE, da FSP e outras forças, unidos numa aliança cujo objectivo é a consolidação da democracia e do processo revolucionário, numa arma poderosa na luta pela concretização da Reforma Agrária.

1.º VOLUME ESGOTADO

À VENDA O 2.º VOLUME

manual de economia política

N. D. KOLESOV

Academia de Ciências da U.R.S.S.

Distribuição CDL

Tiragem média do «Avante!» durante o mês de Novembro: 81.790 exemplares

# BALANÇO DOS RESULTADOS

Iniciamos hoje a publicação de balanços gerais dos resultados obtidos pela Frente Eleitoral Povo Unido nas áreas das Direcções das Organizações Regionais do nosso Partido, bem como a referência a aspectos particulares e às perspectivas abertas pelo resultado eleitoral.

Para esses balanços recorreremos ao auxílio de camaradas responsáveis pelas DORs respectivas. Hoje, vamos referir-nos ao que aconteceu nas áreas abrangidas pela Direcção de Organização Regional do Alentejo, da Direcção Regional das Beiras, da Direcção Regional do Norte e da Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes.

## O Alentejo votou na Reforma Agrária

«A votação no Alentejo foi uma votação na Reforma Agrária, foi uma votação que repudia a política de liquidação da Reforma Agrária do Ministério da Agricultura e Pescas, dirigido por António Barreto», declarou-nos o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP, referindo-se aos resultados obtidos pela Frente Eleitoral Povo Unido nos distritos alentejanos, particularmente nos de Évora e Beja.

«A votação histórica do passado dia 12 — acrescentou o camarada Gervásio — é um Não escrito com letra grande à política do Governo relativamente à Reforma Agrária».

Prosseguindo, o camarada António Gervásio salientou: «Trata-se de uma grande vitória dos trabalhadores e de todo o povo alentejano, particularmente do proletariado agrícola. Foi uma votação onde, além de se reafirmar a defesa da Reforma Agrária, se mostrou que os trabalhadores estão prontos a defender a democracia, as liberdades e as outras conquistas revolucionárias: as nacionalizações e o controlo operário».

A votação verificada no Alentejo contrariou grandemente aquilo que o Governo PS tentou fazer poucos dias antes das eleições: criar uma situação de conflito na Lobata e em

algumas outras Lobatas, criar uma situação de medo, de descontentamento. Mas a votação confirmou que o proletariado agrícola, os trabalhadores e o povo alentejano em geral estão com a Reforma Agrária», acentuou ainda o camarada Gervásio que, seguidamente deu a expressão dessa grande votação na Reforma Agrária.

Assim, a FEPU obteve a presidência em 12 das 14 câmaras dos distritos de Évora, em 9 das 14 do distrito de Beja, e ainda as câmaras de Ponte de Sôr, Avis e Sousel, no distrito de Portalegre. Registe-se que as câmaras municipais de Beja e de Évora têm presidentes da FEPU.

Depois de ter acentuado o carácter reduzido das votações dos GDUPS — excepto no concelho de Fronteira — do CDS e do PPD — este apenas conseguiu uma presidência num concelho do Baixo Alentejo — o camarada Gervásio, salientando que o Governo tem que pensar duas vezes na política que definir para a zona da Reforma Agrária, indicou algumas das perspectivas futuras permitidas pelos resultados da votação:

«Estes resultados permitem reforçar a Reforma Agrária, intensificar a ligação das forças democráticas com o povo, reforçar e alargar a participação do povo na resolução dos seus problemas».

## Distritos do Norte: a direita perde votos e vitórias para a FEPU

A Frente Eleitoral Povo Unido registou um significativo aumento no número de votos relativamente aos que o PCP e a FSP obtiveram, nos cinco distritos do Norte do país, nas eleições legislativas. Nos distritos do Porto, Vila Real, Bragança, Braga e Viana do Castelo a Frente subiu de 107 925 para 122 560 votos, o que significa um aumento de 13,56 por cento. Por seu turno, o Partido Socialista e os dois partidos da direita reacçãoária (PPD e CDS) sofreram uma significativa redução de sufrágios: menos 29 641 votos (CDS), menos 76 057 votos

(PPD) e menos 141 643 votos (PS). O carácter profundamente unitário da Frente, a democraticidade de processos quanto à escolha dos candidatos e elaboração dos programas, o crescente isolamento das forças reacçãoárias, a condenação popular pela viragem à direita da direcção do PS e pelas suas medidas antipopulares de recuperação capitalista, são alguns dos aspectos que explicam o extraordinário sucesso do Povo Unido. As inúmeras violações da Lei (quer pelo Governo e seus

representantes, quer pelos caciques e suas organizações), as inúmeras provocações montadas, inclusivamente à «boca das umas», em Amarante, e tantas outras acções daqueles que visavam retirar dignidade ao acto eleitoral, ao contrário do que pretendiam aqueles que as fizeram, longe de diminuir dão ainda mais realce e significado ao êxito da Frente Eleitoral Povo Unido.

Em Bragança, onde os caciques e os fascistas têm levantado inúmeras barreiras à instauração das liberdades, perseguindo democratas e militantes comunistas, onde foram destruídas inúmeras sedes do nosso Partido e de outras organizações progressistas, onde as autoridades tardam em assegurar a ordem democrática, o CDS e o PPD obtiveram uma diminuição de sufrágios, respectivamente de 8652 e de 6739 votos em relação às eleições para a Assembleia da República. O Partido Socialista diminuiu de 21 512 votos para 16 512.

Entretanto, a FEPU conseguiu, além de ter aumentado em todo o distrito a sua votação, fazer eleger um candidato para a Câmara Municipal de Vila Flor e dezenas de mandatos para as várias assembleias municipais de freguesias.

Em Viana do Castelo, a Frente venceu as eleições para as assembleias de freguesia da capital do distrito, conseguiu numerosos mandatos de freguesia na cidade e noutras localidades e obteve um mandato para a Câmara Municipal. Enquanto isto, os partidos da direita sofrem diminuições significativas e o PS reduz em cerca de oito mil votos a sua votação.

### INCREMENTO EM VILA REAL

Embora não tenha conseguido nenhum mandato para a Câmara Municipal, a FEPU conseguiu um incremento em Vila Real, enquanto que os restantes três partidos sofreram consideráveis reduções. O PPD, organização mais votada no distrito, baixa de 50 593 para 26 902 sufrágios, o CDS de 23 750 para 16 585 sufrágios e o Partido Socialista desce de 34 025 para 26 902 votos. Neste distrito, no próprio dia das votações, os caciques e os «homens de mão» dos partidos da direita reacçãoária, nalgumas localidades, e sem receberem da parte das autoridades a merecida resposta actuam como nos tempos do fascismo. Numa freguesia do concelho de Mondim de Basto, tentam mesmo invadir uma assembleia de voto no sentido de impedir a contagem.

Em Braga, Guimarães, Famalicão e Celorico de Basto foram eleitos quatro candidatos da FEPU às respectivas câmaras municipais. Por outro lado, dezenas de candidatos do Povo Unido conseguiram mandatos para várias assembleias municipais e de freguesia. Em alguns casos, o Povo Unido conseguiu vencer o caciquismo e a nefasta acção do clero reacçãoário vencendo as

eleições. O entusiasmo e a alegria da vitória deram a medida do avanço que a Frente e as candidaturas de cidadãos unitários conseguiram. Em Crespos, por exemplo, às muitas dezenas de pessoas satisfeitas pela vitória associou-se uma banda de música que tocou, entre outras melodias, o «Avante, camarada» que simboliza a luta vitoriosa que, no passado e no presente, o povo trabalhador trava para construir um regime democrático rumo ao socialismo.

A reacção, contudo, não desiste de mostrar a sua face verdadeira que o veniz de algum dos seus dirigentes não consegue esconder. Em Terras do Bouro, por exemplo, o CDS foi derrotado e provocou distúrbios, no final do escrutínio para a assembleia de freguesia de Balança, onde venceu a lista apoiada pelo PPD. Em Fafe, na freguesia de Góães, elementos do mesmo partido distribuíram, na véspera das eleições, panfletos caluniadores e provocatórios que estiveram na origem de graves distúrbios que provocaram a hospitalização de uma filha de um militante do MDP em estado grave.

### DESCEU A VOTAÇÃO NOS PARTIDOS REACCIÓNÁRIOS

O decúpo da votação dos dois partidos concorrentes às Legislativas, foi quanto a Frente Eleitoral Povo Unido obteve em Celorico de Basto. O Povo Unido, além de conseguir um mandato para a câmara e outro para a assembleia municipal, em consequência de se ter colocado no segundo lugar no concelho, alcançou outros êxitos assinaláveis, nomeadamente em Veade, onde uma lista unitária triunfou, assim como as listas da Frente à câmara e assembleia municipal; em Vale do Bouro, outra lista unitária venceu na assembleia de freguesia. Noutras duas freguesias, listas de cidadãos conseguiram ficar em segundo lugar. Registem-se dois factos igualmente significativos: o PS não conseguiu nenhum mandato para a câmara e, na região, existe um apreciável número de rendeiros dispostos a lutar pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural.

Por último, no distrito do Porto, o Povo Unido subiu de 73 070 sufrágios para 78 652, o que representa um incremento, em relação às eleições da Assembleia da República, de quase cinco mil votos. Esta subida é tanto mais significativa quanto no distrito o PS desceu cerca de cem mil e o PPD cerca de quarenta mil e o CDS cerca de seis mil. O partido do Governo decresceu a sua votação em todos os concelhos, com particular destaque nas zonas de elevada concentração de operários: cerca de 19 mil em Vila Nova de Gaia; cerca de 11 mil em Matosinhos; cerca de 11 mil em Gondomar. No concelho de Santo Tirso o PS desce cerca de sete mil votos; cerca de dois mil na Póvoa do Varzim. Outros decréscimos assinaláveis do partido de esquerda existente na Assembleia da República registaram-se em numerosas

# É PRECISO ESTUDAR AS CAUSAS DO AUMENTO DAS ABSTENÇÕES

Apesar de a abstenção verificada nas eleições ter alcançado um número excepcional se a compararmos com a percentagem que obteve nas anteriores e de haver tendência para interpretar com facilidade essa atitude por parte do eleitorado, pensamos não só que é cedo para daí se tirarem todas as conclusões como também que é grave engano tentar avaliar o peso dessa abstenção comparando-a com os valores de uma qualquer democracia burguesa há dezenas de anos instituída.

Quem diz que é normal, neste país, o afastamento do acto eleitoral de cerca de dois milhões de cidadãos ou tenta enganar-nos ou tenta enganar-se. Na pior das hipóteses tenta as duas coisas.

Não se pode, com efeito, pensar que a abstenção é um reflexo normal de um eleitorado que se cansa destas coisas. Muito menos se poderá imaginar que a abstenção é um voto de confiança. Pelo contrário. A grande maioria das abstenções apontam a desconfiança de uma grande parte da população que não estará nada satisfeita com o rumo que as coisas estão a tomar. É, além do mais, um reflexo de uma certa confusão resultante das oscilações do particular processo democrático em Portugal que não pode ser olhado à luz da institucionalização por via eleitoral esquecendo todo o processo revolucionário que o tem acompanhado.

Conforme se assinala nas Teses do VIII Congresso do PCP, as duas dinâmicas, a revolucionária e a eleitoral, entram em aberto conflito após as eleições para a Assembleia Constituinte. Enquanto, por um lado, a dinâmica revolucionária levava a cabo profundas transformações democráticas, por outro lado continuavam a verificar-se (e ainda hoje se agravam) situações antidemocráticas em largas zonas do território nacional que impediam um esclarecimento real, uma informação aberta do eleitorado e consequentemente impediam e impedem uma efectiva expressão da vontade popular através do voto.

A democracia consolida-se. E também se consolida a dois níveis. Um deles é nas batalhas diárias na sua defesa; outro é na votação de esquerda que o povo tem imposto ao longo de quatro eleições. Mas se as esperanças postas nessa votação têm deixado sem contrapartida largas camadas da população, que vêm dia a dia degradar-se o seu nível de vida, que vêem com apreensão a escalada do terror bombista ou a reintegração de fascistas no aparelho de Estado. Muita gente entregou generosamente o seu voto progressista nas mãos de quem o não utilizou

localidades, designadamente Freamunde (passou de 1074 para meio milhar) e na Vila das Aves.

Pela sua parte, os partidos da direita reacçãoária, apesar de ainda conseguirem ter nas urnas o apoio de um número elevado de trabalhadores, viram — salvo num ou outro caso — descer a sua votação numa clara tradução de que o número daqueles que se deixam levar pelo caciquismo diminuiu de eleição para eleição.

### UNIR PARA CONSTRUIR

Alcançando nove mandatos para câmaras do distrito o Povo Unido manteve intacta a sua base de apoio, que ficou ainda mais ampliada devido ao aumento do número de votos. Entretanto, deve sublinhar-se que não fora diferenças manifestamente exigidas na casa das dezenas de sufrágios e teríamos representantes da Frente em quase todas as câmaras do

## Deslocação para a esquerda na zona das Beiras

Acerca dos resultados eleitorais nos distritos abrangidos na área da Direcção da Organização Regional das Beiras, o camarada Joaquim Pires Jorge, membro do Comité Central, começou por salientar o grande esforço de mobilização que foi exigido às organizações do Partido e que permitiu romper, em alguns locais, com o sectarismo que existia. A propósito, o camarada Pires Jorge salientou que, nas freguesias urbanas e rurais do concelho de Coimbra, se registou a participação nas listas da FEPU e de cidadãos eleitores de numerosos militantes socialistas.

Em consequência desse grande trabalho de organização, de unidade e de mobilização, três listas unitárias de cidadãos eleitores alcançaram a maioria absoluta em três freguesias: Almedina (concelho de Coimbra), Torre de Vilaia (também no mesmo concelho) e Canha (no concelho da Figueira da Foz). Tanto as listas apresentadas por grupos de cidadãos eleitores, como as listas da FEPU, alcançaram ainda o segundo lugar num apreciável número de freguesias.

Quanto a outros resultados alcançados pela Frente Eleitoral Povo Unido no distrito de Coimbra, registre-se 3 lugares na Assembleia Municipal de Condeixa e 1 na câmara, 1 lugar na Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, 5 lugares na Assembleia Municipal de Coimbra e 1 na câmara, 3 lugares na Assembleia Municipal da Figueira da Foz e 1 na câmara, e 1 lugar na

Assembleia Municipal de Penacova.

«Podemos dizer que se registou — disse-nos o camarada Joaquim Pires Jorge — um reforço generalizado em todos os concelhos do distrito. O trabalho vai, pois, prosseguir. Há que reforçar, ainda mais, a unidade». Quanto ao distrito de Aveiro, o camarada José Bernardino, membro do CC, referiu o aumento registado em todos os concelhos, a par de estabilização do CDS, do grande abaixamento do PS e do PPD. A FEPU elegeu entre outros, 1 seu representante à câmara de Espinho e 1 representante à Assembleia Municipal de Arouca.

«No distrito de Aveiro, as perspectivas de trabalho são boas — acentuou aquele camarada — designadamente nas áreas em que o nosso Partido tinha anteriormente fraca influência eleitoral». Aumentos absolutos na votação e uma composição bastante unitária são os traços gerais obtidos no distrito de Viseu e salientados pelo camarada Vasco Paiva, membro suplente do Comité Central. De registar o segundo lugar obtido pela FEPU no concelho de Tarouca, apesar das irregularidades cometidas em algumas mesas de votos. No Distrito de Castelo Branco, registaram-se melhores votações em números absolutos na zona da Reforma Agrária, nomeadamente nos concelhos de Idanha e Castelo Branco. As percentagens no norte do distrito, particularmente na zona industrial da Covilhã, tendo a FEPU em Tortosendo

com coerência. Se não, como explicar o quase meio milhão de votos que faltam ao PS?

A desilusão eleitoral, o afastamento de uma prática que pode ser democrática quando oferece garantias institucionais, quando é realizada com liberdade e com amplo esclarecimento, a desmobilização que se verifica em muitos sectores do eleitorado teve também outras razões no caso particular das eleições para as autarquias.

A maior parte das culpas quanto ao afastamento do eleitorado cabem ao Governo e ao partido no Governo. Com efeito, o formalismo exigido nas eleições, as dificuldades impostas tentam negar e apagar a importância das organizações populares de base e a sua actividade revolucionária. Tentam realçar os aspectos de luta entre partidos para eleições com carácter marcadamente local em que a unidade é mais possível na tentativa de resolução de problemas concretos. Entretanto, o formalismo institucional imposto exigiria um esclarecimento mais aprofundado, um debate mais amplo do significado e da importância e da necessidade de institucionalizar as autarquias, esclarecimento que deveria ter aberto as portas da TV e da Rádio à discussão dos problemas, ao desvendar das formas de participação eleitoral. Tal foi contrariado pelo Governo.

O PS e a direita preferiram enveredar por uma campanha estilo «velha senhora», com promessas demagógicas: «Tu dá-me o teu voto que eu depois inauguro um melhoramento». O próprio Governo com as suas viagens através do país contribuiu para dar uma imagem bem triste — a do caixeiro viajante a recolher encomendas prometendo melhorar a qualidade do produto. Os governadores civis foram também uma peça indevida tanto da política como das intenções do partido do Governo.

A demagogia por um lado e por outro a perigosa instabilidade política fomentada pela acção terrorista contribuíram para desmobilizar e para radicalizar — «Não voto que não vale a pena» ou «isto não vai com votos» — são duas atitudes com o mesmo resultado: o afastamento de dois milhões de eleitores que assim contribuíram sem o saber para favorecer os intuídos da reacção.

Entretanto esta não venceu através do voto, foi vencida através dele. O facto de se ter verificado um elevado número de abstenções só pode levar-nos a nós, comunistas, a empenharmo-nos com mais determinação na tarefa que nunca abandonámos: a de esclarecer, a de mobilizar, a de lutar junto das massas e com elas, nas variadas e complexas frentes de luta que se nos apresentam.

obtido mais de 50 por cento dos votos. Na totalidade do distrito conquistou-se cinco lugares em câmaras municipais.

Finalmente no distrito da Guarda verificou-se um grande aumento na percentagem, tendo as listas da FEPU obtido importantes vitórias nas freguesias de Seia e do Sabugal, conquistado lugares nas Assembleias Municipais de Meda e de Pinhel e registado grande aumento

## Luta pela liberdade nos Açores e Madeira

Um membro eleito para a Câmara Municipal das Lages das Flores e uma melhoria (em relação aos resultados do PCP nas eleições da Assembleia da República) em votos e em percentagem no ex-distrito da Horta, na percentagem conseguida na Madeira e em Angra do Heroísmo (Terceira) — eis os principais resultados da Frente Eleitoral Povo Unido nas Ilhas Adjacentes.

Resultados que reflectem a falta de democracia e o desrespeito das liberdades constitucionais em regiões dominadas pelo PPD e pela pior reacção separatista e caceteira. Contudo, o enorme esforço unitário e de propaganda desenvolvido pelos activistas da FEPU, se não conseguiu ainda traduzir-se numa melhoria significativa dos resultados eleitorais, abriu sem dúvida novas perspectivas de trabalho para os próximos três anos. Em princípio, durante esse período não haverá novas eleições o que permitirá desenvolver um trabalho mais profundo junto das populações.

Recorde-se que nas regiões autónomas, para além das eleições que se realizaram em todo o território nacional, se processaram ainda eleições para as Assembleias Regionais, o que constituiu um processo esgotante para os democratas açoreanos e madeirenses, expostos como nenhuns outros a agressões, pressões, intimidações profissionais, morais, familiares e físicas, a calúnias e a boatos.

Tais situações estão certamente na origem da elevada percentagem de abstenções verificada nas ilhas e que chegou a atingir em certos casos, os 60%, ainda que duma maneira geral rondassem os 40-50%. Compreensivelmente, a abstenção atingiu também a esquerda, pois a politização das populações é baixa e o sentimento do isolamento é real e obsessivo.

As sucessivas eleições, a falta de liberdades e as pressões da direita atingiram igualmente o PS, que perdeu muitos votos; a posição do Partido Socialista foi ainda agravada pela política de direita que tem vindo

da votação em termos absolutos em Aguiar da Beira e Fornos de Algodres.

A finalizar, o camarada Joaquim Pires Jorge acentuou, referindo-se à área da DORB: «Nesta zona de pequena e média propriedade, onde impera ainda o caciquismo, onde a reacção atenta contra as liberdades democráticas, onde inclusivamente o ELP actua impudicamente, sente-se que há uma nitida deslocação do eleitorado para a esquerda».

a desenvolver no Governo, a qual suscita muitas dúvidas aos seus militantes e eleitores açorianos e madeirenses. O que o camarada Alvaro Cunhal afirmou na mesa redonda de 2.ª feira na TV, em relação aos votos do PS no norte do continente, é válido para os Açores e Madeira, onde os votos PS são votos de esquerda.

No que respeita aos chamados GDUPS, agora sem a figura carismática de Otelo, baixaram a sua votação na Madeira (de 5,2% para 3,9%), apesar do apoio de esquadristas e «esquerdistas-direitistas» de todas as tendências. O seu ponto forte continua a ser o Machito, onde se aproveitou do caciquismo que não hesita em utilizar todos os processos contra as iniciativas da esquerda política nacional.

Quanto aos partidos da direita reacçãoária — PPD e CDS —, que nos Açores e Madeira são ainda mais reacçãoários (separatistas) do que aparentam no continente, apesar dos seus resultados serem diferentes, é de salientar que perderam muitos, mesmo muitos milhares de votos.

É nestas circunstâncias que a esquerda vai continuar o seu combate. O PCP, melhorando a sua organização e a ligação aos campos, terá sem dúvida um papel decisivo nos próximos anos no fomento da luta dos trabalhadores das regiões autónomas pela liberdade e pela democracia.

A procura de soluções unitárias é essencial para que todo o trabalho se desenvolva. É de desejar que a direcção do PS e as suas organizações dirigentes locais compreendam que é à esquerda que estão os seus aliados e que só uma política de esquerda, uma política unitária pode fazer frente à reacção e ao separatismo e defender os interesses de Portugal perante o imperialismo. Por outro lado, os activistas que a FEPU mobilizou não podem desmobilizar agora, pois o trabalho de massas unitário, democrático e voltado para o progresso dos trabalhadores e das populações em geral, tem possibilidades reais de se desenvolver.

## RESULTADOS FINAIS PROVISÓRIOS PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS

PARTIDOS	VOTAÇÃO		NÚMERO DE CÂMARAS GANHAS (PRESIDENTES)	NÚMERO DE CÂMARAS GANHAS C/ MAIORIA ABSOLUTA	
	N.º	%		N.º	%
FEPU	737586	17,69	37	33	89
PS	1386362	33,24	115	61	53
PPD/PSD	1012351	24,27	115	77	66
CDS	692869	16,61	36	14	38
GDUPS	104629	2,51	—	—	—
MRPP	27399	0,66	—	—	—
PCP (m-l)	15264	0,37	—	—	—
PPM	7507	0,18	—	—	—
LCI	3411	0,08	—	—	—
PRT	282	0,01	—	—	—

Jornais, Rádio e TV durante a campanha eleitoral

# ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO VIOLARAM A LEI

As eleições do último domingo não foram para alguma imprensa, rádio e TV apenas notícia e apelo legítimo à participação no voto. Ao contrário do que a lei dispunha, o jogo reaccionário e fascista do desvio da opinião pública no sentido de desprestigiar o mais possível todas as forças de esquerda e a própria situação democrática é um triste exemplo de como a calúnia, a ilegalidade, a difamação e o boato mais grosseiro continuam sendo métodos privilegiados dos pasquins fascistas, dos jornais da direita e de órgãos estatizados como o «Diário de Notícias», a Rádio (RDP) e a Televisão. Fortes responsabilidades, ainda que mais não seja pelo exemplo pernicioso, cabem nisto ao Governo do PS, designadamente, quanto à utilização abusiva da TV em período de campanha eleitoral e à negação posterior do direito de resposta.

## • Governar não é ir à Televisão

A Assembleia da República aprovou um protesto contra o aproveitamento partidário da TV em período de campanha eleitoral por parte do PS, partido no Governo. O deputado comunista Veiga de Oliveira frisaria em S. Bento que «o dr. Mário Soares infringiu a lei, desrespeitou a legalidade democrática, dando o exemplo que encorajará todos os abusos e ilegalidades cometidos e a cometer pelos inimigos da liberdade e do povo». Fê-lo ao utilizar a TV, desrespeitando a lei que o próprio Governo aprovou, para fazer declarações contra a FEPU, que a proibição do direito de resposta por parte da Secretaria de Estado da Comunicação Social veio agravar ainda mais, sublinhando a parcialidade e o autoritarismo do Governo.

Atitudes como esta, agravadas pelo discurso do ministro António Barreto também na TV e pelas declarações do também ministro Jorge Campinos acerca da FEPU, levam a pensar que a pseudo-neutralização da TV durante a campanha eleitoral não foi outra coisa senão uma manobra transparente do Governo para poder utilizar a Televisão em serviço exclusivo do PS.

## • Graves deturpações

«Mas, para além disso — como bem sublinha uma nota da Comissão de Imprensa da Frente Eleitoral Povo Unido — é necessário esclarecer que, ao reclamar o direito de resposta (às afirmações do dr. Mário Soares na TV) nunca a FEPU pretendeu, com pretexto na violação da lei cometida pelo Primeiro-Ministro, abrir uma série de sucessivas violações da legalidade, mas tão só e apenas restabelecer, estritamente a verdade no que toca às graves deturpações praticadas pelo Primeiro-Ministro».

A FEPU nunca pretendeu, assim, entrar num jogo de quem o Governo notoriamente abusou, quando nenhuma pretensão urgência no esclarecimento de problemas por parte de entidades oficiais (nem a distribuição de dinheiro por parte de governadores civis) poderia ultrapassar aquilo que era efectivamente essencial e que o PCP sublinhou: «assegurar a dignidade e a seriedade da campanha eleitoral, assegurar que os portugueses possam votar, por forma consciente e livre de pressões, nas eleições locais».

## • Uma função que não varia

O papel da imprensa fascista e reaccionária não iria surpreender ninguém. A sua função era caluniar, desacreditar e confundir, apelando constantemente para o ódio anticomunista e para a violência contra a ordem democrática, deturpando factos, mentindo, sabotando intenções e propostas, para que a esquerda recuasse nas urnas, para que a direita legal beneficiasse dos actos violentos do terrorismo e da inquietação da opinião pública.

Os exemplos são muitos. Escolher seria fastidioso e de pouco proveito. O caso da explosão em Amarante, cujo aproveitamento pseudo-noticioso foi censurado pela própria Comissão Nacional de Eleições, é bem significativo e chega para provar como (neste caso com a ajuda da TV) se lança para o ar uma acusação gravíssima e sem fundamento. Embora o próprio Quartel-General da Região Militar do Norte negasse possuir quaisquer provas que permitissem sustentar a afirmação de que a FEPU estaria implicada no atentado, a «notícia» lá ficou (e não foi desmentida) servindo os objectivos dos que caluniam os democratas e a democracia, apontando, neste caso, para a tentativa de desacreditar e prejudicar seriamente a Frente Eleitoral Povo Unido.

A tentativa gorou-se. No entanto, gente do PSD/PPD não deixaria de a aproveitar para fins de propaganda nas ruas do Porto.

## • O envenenamento da justiça

Grave é ainda o papel de um jornal estatizado como o «Diário de Notícias», cujas responsabilidades na consolidação da democracia muito o deveriam distanciar dos processos da direita reaccionária e fascizante, da actuação daqueles cujo único objectivo é prejudicar a situação democrática, enquanto não podem destruí-la.

O «Diário de Notícias» faz, em editorial, no seu número de sábado, o triste papel de sacristão da violência fascista. Apelo para uma «justiça sem veneno», numa atitude pseudo-moralizante, o jornal estatizado apresenta-se como passa-culpas dos actos de terrorismo. Falando de justiça, dedica-se a serenar os criminosos fascistas, como se (e o jornal admite-o expressamente) fossem forças de esquerda as responsáveis pela violência passada e recente e, concretamente, pelos actos de terrorismo na linha de Sintra e na Póvoa de Santa Iria.

Uma vez mais, era claro e objectivo. Um dia antes da ida às urnas, o «Diário de Notícias» insinuava implicações, pretendia difamar o PCP com interrogações sem fundamento e cuja resposta é só uma: o chamariz descarado ao voto no Governo. Não ao voto esclarecido, consciente e sem pressões. Mas sim ao voto num «Governo forte» que é, para o «Diário de Notícias», o Governo do PS.

A pouca vergonha é flagrante. Perante atentados terroristas dirigidos contra a população trabalhadora pelos seus inimigos, o «Diário de Notícias» vem falar de culpas do PCP que não pode provar, de «sevícias» que não pode provar. Faz do anticomunismo primário (acusando sem provas e difamando) uma arma de campanha eleitoral a um dia da votação nas eleições para as autarquias locais.

Um jornal estatizado comporta-se como se fosse um jornal do PS, apelando descaradamente para o voto neste Partido. E fá-lo sem o mínimo de dignidade e sem respeito pela lei. Fazendo campanha a favor do partido do Governo, o «Diário de Notícias» podia ao menos coibir-se de difamar, coibir-se de apelar para o anticomunismo. Mas não. O «Diário de Notícias», que não vive dos dinheiros do PS, mas da bolsa do povo português, entra em campanha soprando calúnias com a ideia de que a sementeira fascista do anticomunismo ainda vai rendendo uns lucros a quem não tem escrúpulos e usa a imprensa como coutada partidária enquanto pendura à porta a tabuleta do «pluralismo».

## • Uma CNE sem isenção nem independência

O PCP protestou com vigor e verdade contra as ilegalidades cometidas durante a campanha eleitoral. O mesmo sucedeu com a Frente, de que o Partido fazia parte. Perante as actuações ilegais de membros do Governo, a FEPU lamentava que, a Comissão Nacional de Eleições, tenha perdido uma excelente oportunidade para afirmar de forma inequívoca a sua isenção e independência.

«A CNE — acrescenta a FEPU — tinha a estrita obrigação de ter confrontado as declarações do Primeiro-Ministro na RTP com o artigo 48.º da Lei Eleitoral. A CNE tinha a estrita obrigação de reparar que o próprio Primeiro-Ministro, ao comentar a pergunta em causa dizendo que «isso entra já num aspecto de tipo eleitoral», acabou por fazer a confissão da infracção que conscientemente cometeu.

«Perante estes factos e perante a clareza da lei, é estranho que a CNE possa vir concluir que «é difícil a qualquer membro do Governo (...) fazer uma nítida separação entre o tratamento de assuntos da administração pública» e o que constitui campanha eleitoral.

«No caso presente — conclui a FEPU — a CNE demitiu-se de exercer as suas funções e, contemporizando, deu objectivamente alento a novas violações da lei».

E estas frutificaram. Mas a influência abusiva sobre o eleitorado, por parte do Governo e dos órgãos que domina, as deturpações, o anticomunismo, a calúnia, não chegaram para afastar das urnas, com o voto na FEPU, muitas centenas de milhares de trabalhadores, homens, mulheres e jovens, comunistas e não comunistas, que não querem voltar ao passado e estão prontos a defender as conquistas que alcançaram.

Recordamos algumas palavras que em 5 de Julho o Comité Central do PCP publicou na análise da situação decorrente das eleições para a presidência da República:

As forças reaccionárias e os esquerdistas desenvolvem uma campanha coincidente proclamando que os resultados das eleições significam um grande enfraquecimento do PCP e da sua influência.

Que a reacção e os esquerdistas não tomem os seus desejos por realidades. O PCP continua com a sua grande força organizada, a sua dedicada militância, com a sua grande influência de massas.

Os resultados destas eleições vieram demonstrar a justeza das palavras proferidas então pelos

comunistas. Vieram reforçar-las quando advertiam para os perigos da divisão. E hoje, ao olharmos mesmo superficialmente para a votação de alguns concelhos verificamos que o papel divisionista dos esquerdistas conseguiu ainda vir pescar votos no terreno dos pouco esclarecidos, de uma pequena burguesia impaciente ou das pessoas marginalizadas nos bairros degradados das zonas suburbanas para onde a injustiça dos exploradores empurra os explorados, encerrando-os por vezes no desespero. É de facto nos concelhos em que o sector dos serviços é mais forte e onde proliferam os bairros da lata que os gdupestes tiveram a sua mais forte percentagem embora nunca esta deixasse de ser modesta.

Entretanto os próprios resultados constituíram uma lição para quem votou na ilusão. É que cada voto desses caiu no saco do anticomunismo, dividiu e voltou-se contra quem votou. Por isso a luta pelo esclarecimento continua também.

# OS PRESIDENTES ELEITOS PELA FEPU

## DISTRITO DE BEJA

ALJUSTREL  
António Alexandre Raposo — professor primário

BARRANCOS  
Carlos Caçador Durão — comerciante

BEJA  
José Reis Colaço — empregado de escritório

CASTRO VERDE  
Fernando Sousa Caieiros — professor primário

CUBA  
Francisco Felgueiras Rodrigues — empregado escritório

FERREIRA DO ALENTEJO  
José Nova Ameixa — empregado escritório

MÉRTOLA  
António Manuel Serrão Martins — professor

ODEMIRA  
Justino Abreu dos Santos — médico

SERPA  
Sátiro Costa Louzeiro — agricultor

## DISTRITO DE ÉVORA

ALANDROAL  
Inácio José Melrinho — motorista

ARRAIÓLOS  
Gil Leiria Barata Neto — notário

BORBA  
Sérgio Figueiredo Alpalhão — industrial

ESTREMOZ  
António João Vestias da Silva — advogado

ÉVORA  
Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes — economista

MONTE-MOR-O-NOVO  
Ernesto José Pinto Ângelo — funcionário público

MORA  
José Carreiro Domingos Chitas — professor primário

PORTEL  
João da Costa Marques — médico

REDONDO  
Manuel Roque — operário agrícola

VENDAS NOVAS  
Alberto Luís Sousa Lopes — metalúrgico

VIANA DO ALENTEJO  
Manuel Francisco Aleixo — empregado de escritório

VILA VIÇOSA  
Bernardo José Simões — técnico de mármore

## DISTRITO DE LISBOA

VILA FRANCA DE XIRA  
José António Veríssimo Silva — empregado escritório

## DISTRITO DE PORTALEGRE

AVIZ  
José Luís Correia da Silva — operário agrícola

PONTE DE SÓR  
Alexandre Robalo Cardoso — industrial

SOUSEL  
António Cabeça dos Reis — operário agrícola

## DISTRITO DE SANTARÉM

ALPIARÇA  
Joaquim Alcobia Matias — pequeno comerciante

CORUCHE  
Carlos Alberto Gomes — engenheiro técnico agrícola

## DISTRITO DE SETÚBAL

ALCÁÇER DO SAL  
José Pomba Cupido — empregado de escritório

ALMADA  
José Martins Vieira — serralheiro-mecânico

BARREIRO  
Helder Madeira — empregado escritório

GRÂNDOLA  
António Figueira Mendes — empregado escritório

MOITA  
Fernando Madeira Ribeiro — desenhador

PALMELA  
Edgar Coelho da Costa — empregado de escritório

SANTIAGO DO CACÉM  
José Raposo Nobre — comerciante

SEIXAL  
Eufrásio Filipe Garcez José — empregado

SESIMBRA  
Ezequiel Lino — bancário

SINES  
Francisco Pereira Pacheco — bancário



# Declarações e viciações

Entre os muitos aspectos significativos assumidos pelas intervenções dos dirigentes do CDS, do PPD e do PS acerca dos resultados eleitorais conta-se uma muito reveladora forma de os encerrar que convém não esquecer.

Alguns exemplos:

O sr. dr. Sá Carneiro esqueceu os milhares de votos perdidos pelo seu partido e sistematicamente falou da escassa vitória do PPD em Ourique com o ardo com que um plutívito medieval se referiria à batalha de Afonso Henriques. O dr. Mário Soares regozijou-se exuberantemente com uma vitória de 17 votos no Alentejo (conseguida com centenas de votos do CDS e do PPD) e com o facto de o PS ter conseguido a municipalidade de Setúbal esquecendo-se que nos treze concelhos do distrito de Setúbal a FEPU conquistou dez e o PS apenas três. O dr. Freitas considerou de relevante importância ter ganho na freguesia da Madalena pois ali fica a sede do CDS e na sua terra natal!

É evidente que estas farândolas de viciação de números decorrem com toda a naturalidade das habilidades eleitoristas de partidos que por natureza o são e que a elas foram obrigados para ocultarem os pouco lisonjeiros resultados obtidos nas últimas eleições. Mas revelam qualquer coisa mais além disso.

Na verdade, quando se vê o sr. dr. Carneiro tonitruar da sua vitória em Ourique para concluir coisas enormes acerca do seu partido a nível nacional, uma coisa cabe logo perguntar: que importância tem Ourique e os problemas das suas populações para o dr. Carneiro e para o seu partido? Efectivamente, para o PPD uma vitória eleitoral numa autarquia é antes de mais nada a possibilidade de se abra aos dirigentes partidários de desenvolverem a sua política geral, de argumentarem acerca dela e nunca de poderem corresponder a interesses locais que por completo ignoram.

Enquanto o PCP condidera as vitórias da FEPU como uma garantia para as populações de

avançarem na defesa e solução dos seus problemas — sejam eles uma questão de estradas estritamente local, seja a defesa mais geral da Reforma Agrária na zona do Alentejo — para o CDS, para o PPD e para o PS o que a eleição de uma respectiva lista significa é que... o respectivo partido tem um «saldo positivo», no esclarecedor linguajar mercantil do dr. Carneiro!

Mas, ao mesmo tempo que assim extrapolam resultados locais de uma forma eleitoralista que ignora as realidades e os interesses populares, aqueles políticos manifestavam-se totalmente incapazes de fazerem uma verdadeira análise de conjunto dos resultados, uma análise verdadeiramente nacional, à luz da realidade do processo revolucionário, da realidade política, económica e social portuguesa.

O ocorrido durante o debate na TV entre os secretários-gerais dos quatro principais partidos foi absolutamente esclarecedor.

Para além do muito mais que haveria a referir, tornou-se claro que apenas o camarada Álvaro Cunhal traçou um panorama global dos resultados eleitorais, considerando não apenas as vitórias da FEPU (que aliás caracterizou com um realismo que é necessário reter), mas o conjunto, desde as abstenções até às vitórias e reveses dos outros partidos. Longe desse método, dessa preocupação verdadeiramente nacional, politicamente responsável, os restantes participantes, fosse por incapacidade, fosse por os factos conduzirem a evidentes conclusões que demonstram a condenação das suas políticas, preferiram ficar-se por superficialidades, habilidades numéricas, duelos sobre o município X ou o município Z.

Toda uma perspectiva, toda uma forma de encarar a política e os interesses nacionais e populares se evidenciou. E não é de estranhar que os resultados eleitorais tenham reflectido a descrença e o repúdio do povo português acerca de quem de tal forma ignora os seus interesses e a realidade global de um povo que constrói uma democracia rumo ao socialismo.

# MORRERAM AS ILUSÕES ESQUERDISTAS

Para além da vitória que veio coroar o esforço unitário da FEPU, a mobilização, o dinamismo que estão na base da confiança que merecem as listas em que comunistas ao lado de outros democratas, do MDP, da FSP e de socialistas, que compuseram as listas do «Povo Unido» que se apresentaram ao Povo, para além dos recuos sofridos por outras formações e da decepção sofrida pela direita, cumpre extrair uma conclusão não menos importante. É que a ilusão esquerdista se desvaneceu cada vez mais. Não sem derradeiramente ter feito algum mal lá onde em esterior foi arrancar alguns votos às listas da democracia.

Não falamos evidentemente nos grupelhos do zero-virgula-tanto, claramente identificados uns como provocadores nazis ao serviço da reacção mais negra, claramente outros tendo perdido o pé verbalista na realidade política que é a de hoje no País. Referimo-nos à grande ilusão gdupesta que

alvoreceu com a demagogia à volta do major Otelo e veio a desfalecer ao primeiro impacto, à primeira confrontação, quando foram os gdupesta a encarar com o povo, no terreno dos problemas reais e não de promessas de um homem-só.

Mau grado a utilização da fotografia da mesma personalidade (que não concorria em parte alguma), utilização desleal pelo menos, com a qual procuraram levar alguns sectores da população a juntar os seus votos a um projecto divisionista, mau grado a mentira e a calúnia com que empareceram com todos os outros anticomunistas deste país, mau grado a demagogia em que caíram como qualquer agrupamento burguês que são, apesar de mostrarem a face de radicalistas de esquerda, quebrou-se o encanto que em Junho conseguira arrastar para a ilusão muitos descontentes.

Já a inevitável erosão que acompanha estes grupos se manifestara antes. Já

o inevitável sectarismo os confrontara. Já o congresso desagregara o pouco que antes os tinha congregado. Os gdupesta eram uma ilusão, a ilusão está desfeita, a prova foi concludente.

Recordamos algumas palavras que em 5 de Julho o Comité Central do PCP publicou na análise da situação decorrente das eleições para a presidência da República:

As forças reaccionárias e os esquerdistas desenvolvem uma campanha coincidente proclamando que os resultados das eleições significam um grande enfraquecimento do PCP e da sua influência.

Que a reacção e os esquerdistas não tomem os seus desejos por realidades. O PCP continua com a sua grande força organizada, a sua dedicada militância, com a sua grande influência de massas.

Os resultados destas eleições vieram demonstrar a justeza das palavras proferidas então pelos

# RESULTADOS PROVISÓRIOS NOS CONCELHOS

CONCELHOS	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		CÁMARAS MUNICIPAIS		CONCELHOS	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		CÁMARAS MUNICIPAIS	
	N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%
Aveiro					VILA VERDE				
AGUEDA					Bragança				
ALBERGARIA A VELHA	385	4,68	320	3,89	ALFANDEGA DA FÉ			259	7,92
ANADIA					BRAGANÇA				
ARDUÇA					CARRAZEDA DE ANSIÕES			102	2,44
AVEIRO	2.195	8,42	1.898	7,85	FREIXO DE ESPADA À CIMA				
CASTELO DE PAIVA					MACEDO DE CAVALEIRAS				
ESPINHO			2.005	13,79	MIRANDA DO DOURO			129	4,03
ESTARREJA					MIRANDELA				
FEIRA	2.613	6,22	2.543	6,09	MOGADOURA				
ILHAVO	712	6,07	709	6,05	TORRE DE MONCORVO			185	3,75
MEALHADA	503	7,58	481	7,25	VILA FLOR				
MURTOSA			88	2,19	VIMIOSO	109	3,74	116	3,94
OLIVEIRA DE AZEMEIS	1.785	6,99	1.800	7,05	VINHAIS				
OLIVEIRA DO BAIRRO	155	1,87	167	2,01	Castelo Branco				
OVAR	1.645	10,9	1.878	11,51	BELMONTE	425	16,14	424	16,14
S. JOÃO DA MADEIRA	650	8,10	557	6,94	CASTELO BRANCO				
SEVER DO VOUGA	277	4,35	266	4,19	COVILHÃ				
VAGOS	199	2,43	280	3,42	FUNDÃO			1.266	9,20
VALE DE CAMBRA					IDANHA A NOVA	577	7,49	396	5,15
Beja					OLEIROS	177	4,09	96	2,22
ALJUSTREL	4.225	61,92	4.274	62,42	PENAMACOR	105	2,51	108	2,59
ALMODOVAR	615	15,38	545	12,64	PROENÇA A NOVA	70	1,35	211	4,08
ALVITO	722	42,72	737	43,61	SERTÃO	237	2,92	240	2,96
BARRANCOS	516	56,46	526	56,99	VILA DE REI	162	6,63	31	1,27
BEJA	10.665	52,57	9.964	49,04	VILA VELHA DE RODÃO	569	21,70	572	22,20
CASTRO VERDE	2085	55,26	2.149	56,96	Coimbra				
CUBA	1.940	55,33	1.958	60,47	ARSAZIL	212	3,29	201	3,12
FERREIRA DO ALENTEJO	2.918	46,52	2.969	47,32	CANTANHEDE	589	3,59	585	3,57
MERTOLA	3.313	51,44	3.324	56,27	COIMBRA				
MOURA	4.377	44,73	4.138	42,30	CONDEIXA A NOVA	747	13,27	710	12,61
ODEMIRA	6.423	50,71	6.448	47,35	FIGUEIRA DA FOZ	3.666	15,74	3.518	15,11
OURIQUE	1.120	30,61	1.033	28,2	GOIS	73	3,12	73	3,12
SERPA	5.923	50,77	5.852	50,30	LOUSA	254	5,10	347	6,96
VIDIGUEIRA	1.916	46,2	1.928	46,5	MIRA	98	2,00	66	1,34
Braga					MIRANDA DO CORVO	128	3,11	117	2,85
AMARES			208	2,91	MONTemor OVELHO	835	9,24	942	10,43
BARCELOS					OLIVEIRA DO HOSPITAL	164	16,72	164	16,72
BRAGA	6.239	12,42	5.419	10,79	PAMPILHOSA DA SERRA				
CABECEIRAS DE BASTO					PENACOVA	484	7,66	550	8,71
CELORICO DE BASTO	1.254	14,14	1.254	14,14	PENEIA	95	2,86	67	2,01
ESPOSENDE	719	6,98	640	6,22	SOURE	737	8,67	701	8,24
FAFE	1.849	19,00	1.529	8,28	TÁBUA	175	3,88	433	8,77
GUIMARÃES					VILA NOVA DE PIARES			154	6,68
POVOA DE Lanhoso	972	11,99	490	6,04	Évora				
TERRAS DE BOURO					ALANDROAL	2.543	54,90	2.503	54,04
VIEIRA DO MINHO	599	9,72	520	8,44	ARRAIÓLOS	2.523	45,76	3.265	59,23
VILA NOVA DE FAMALICÃO			5.070	11,36	BORBA				

# RESULTADOS PROVISÓRIOS NOS CONCELHOS

CONCELHOS	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		CÁMARAS MUNICIPAIS		CONCELHOS	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		CÁMARAS MUNICIPAIS	
	N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%
ESTREMOS	3.883	37,99	4.001	39,14	BOMBARRAL	990	16,84	1.063	18,26
ÉVORA					CALDAS DA RAINHA	1.610		1.696	
MONTEMOR O NOVO	7.459	57,90	7.942	61,8	CASTANHEIRA DE PETA	110	4,37	189	7,50
MORA	2.213	50,82	2.113	48,52	FIGUEIRAS DAS VINHAS	149	3,76	71	1,06
MOURÃO	347	22,59	351	22,85	LEIRIA	2.037		2.902	
PORTEL	2.619	57,63	2.582	56,91	MARILHA GRANDE	5.456	39,69	5.326	38,72
REDONDO	1.910	46,86	1.940	47,60	NAZARÉ	740	11,2	817	13,11
REVENDES DE MONSARAS	1.912	32,76	1.898	32,52	O'BIDOS	412	9,72	419	9,75
VENDAS NOVAS	2.992	48,62	2.962	37,20	PEDROGÃO GRANDE	78	3,13	75	3,01
VIANA DO ALENTEJO	1.736	50,85	1.726	50,56	PENICHE	2.963	28,96	3.140	30,69
VILA VIÇOSA	2.254	48,82	2.234	48,39	POMBAL	725	5,05	679	4,73
Faro					PONTO DE MÓS	900	9,05	881	8,85
ALBUFEIRA	1.170	17,45	1.164	17,37	Lisboa				
ALCOTIM					ALENQUER	4.258		4.033	
ALJESUR	654	23,58	639	23,04	ARRUDA	840	23,30	830	23,06
CASTRO MARIM	551	7,76	546	7,77	AZAMBUJA	2.157	24,9	2.052	23,85
FARO	4.263	21,09	4.176	20,66	CADAVAL	714	11,44	467	7,45
LAGOA	1.755	24,42	1.309	18,23	CASCAIS	13.013	22,40	12.665	21,80
LAGOS					LISBOA	94.118	21,09	92.459	20,72
LOULE			2.862	15,22	LOURES	33.720	34,50	32.992	33,76
MONCHIQUE	703	14,75	679	14,25	LOURINHÃ				
OLHÃO	1.971	13,38	2.080	14,12	MAFRA	2.158	13,07	1.997	12,10
PORTIMÃO	4.303	26,25	3.688	22,50	OEIRAS	36.336	29,82	35.624	29,22
S. BRÁS DE ALPORTEL	618	19,03	558	17,20	SINTRA	20.973	24,98	20.918	24,91
SILVES					SOBRAL	1.104	85,33	1.114	35,65
TAVIRA	1.438	14,77	1.352	18,88	TORRES VEDRAS	5.422	19,70	5.314	19,30
VILA DO BISPO	567	23,08	565	23,00	VILA FRANCA DE XIRA	14.593		13.989	
VILA REAL DE SANTO ANTONIO	2.454	34,87	2.178	30,96	Portalegre				
Guarda					ALTER DO CHÃO	849	31,69	788	28,50
AGUIAR DA BEIRA	52	1,67	53	1,70	ARRONCHES	648	29,91	655	28,21
ALMEIDA					AUIZ	2.044	51,98	2.056	52,05
CELORICO DA BEIRA	209	4,93	211	5,02	CAMPO MAIOR	1.716	35,88	1.700	35,88
FIGUEIRA DE C. RODRIGO			186	5,16	CASTELO DE VIDE				
FORNOS DE ALGODRES	211	6,76	174	5,57	CRATO	757	24,64	722	23,66
GOLVEIA	581	6,45	569	6,31	ELVAS	2.375	20,48	2.070	17,85
GUARDA					FRONTEIRA	361	13,6	346	13,1
MANTEIGAS	149	7,73	121	6,28	GAVIÃO	778	23,3	789	23,6
MEDA	115	2,67	107	2,48	MARVÃO	236	7,80	227	7,26
PINHEL					MONFORTE	745	33,69	724	32,32
SABUGAL					NIZA	1.270	23,50	1.132	20,00
SEIA	749	5,61	653	4,89	POINTE DE SOR	4.026	45,25	4.068	45,74
TRANCOSO	252	4,74	245	4,61	PORTALEGRE	1.957	13,45	1.959	13,46
VILA NOVA DE FOSCOA	283	5,98	257	5,43	SOUZEL	1.707	38,9	1.715	38,9
Leiria					Porto				
ALCOBACA	2.066	9,11	1.838	8,10	AMARANTE	1.259	6,94	1.367	7,54
ALVAIÁZERE	114	2,39	119	2,49	BAIÃO				
ANSIÃO	243	3,45	202	2,95	FELGUEIRAS	1.158	6,68	1.386	8,00
BATALHA	153	2,59	138	2,34	GONDOMAR	10.667	19,9	9.965	18,6

## CONTINUAÇÃO

CONCELHOS	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		CÁMARAS MUNICIPAIS		CONCELHOS	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		CÁMARAS MUNICIPAIS	
	N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%
LOUSADA	804	6,24	755	5,86	CAMINHA				
MAIA	4.202	12,46	4.149	12,30	MELGALHÃO				
MARCO DE CANAVEIAS	1.175	7,51	1.167	7,46	MOUSÃO				
MATOSINHOS					PAREDES DE COURA				
PAÇOS DE FERREIRA	1.219	8,83	1.235	8,94	PONTE DA BARCA	226	4,23	380	7,11
PAREDES	1.298	5,74	1.477	6,53	PONTE DE LIMA			1.135	5,87
PENAFIEL	1.499	6,41	1.484	6,25	VALENÇA	230	4,12	279	4,99
PORTO	24.847	14,24	24.025	13,77	VIANA DO CASTELO	5.589	16,19	5.949	17,24
PÓVOA DO VARZIM	2.235	10,37	2.155	10,09	VILA NOVA DE CERVENÇA	194	4,86	164	4,11
SANTO TIRES	4.374	11,06	4.312	11,00	Vila Real				
VALONGO	3.284	14,41	3.106	13,63	ALIZOÍ	345	6,5		
VILA DO CONDE	2.633	10,17	2.493	9,63	BOTILAS				
VILA NOVA DE GAIA					CHAVES				
Santarém					MESÃO FRIO	75	3,06	68	2,77
AÍRANTES	3.742	17,47	3.521	16,44	MONDIM DE BASTO	62	1,81	68	1,98
ALLANENA			1.413	19,25	MONTALEGRE	238	7,64	180	5,78
ALMEIRIM	3048	27,20	3038	29,10	MURÇA	115	3,27	111	3,16
ALPIARÇA	2.737	59,03	2.727	58,81	PESO DA RÉGUA				
BENAVENTE	3.077	42,30	2.930	40,28	RIBEIRA DE PENHA	47	1,42	44	1,33
CARTAXO	2.356	23,30	2.338	23,16	SABROSA				
CHAMUSCA	1.741		1.631		S. MARTINHO DE PENAGUIÃO			197	4,57
CONSTÂNCIA	2.21	15,50	2.57	14,25	VALPAÇOS				
LORVACHE	6.577	49,73	6.573	49,63	VILA POUCA DE AGUIAR				
ENTRONCAMENTO	972	18,82	134	18,82	VILA REAL	1.577	8,01	1.457	7,40
GOLEGA	1.130	36,20	1.161	37,87	Viseu				
MAÇÃO	244	3,85	260	4,10	ARMAMAR				
RIO MAIOR					CARREGAL DO SAL	292	7,35	284	7,14
SALVATERRA DE MAGOS	2.071		2.301		CASTRO D'AIRE				
SANTARÉM	5.203		5.330		CINFAES				
SARDOAL					LAMEGO				
TOMAR	1.460		1.407		MANGUALDE			386	4,77
TOMARES NOVAS	3.725	22,76	3.721	22,80	MOIMENTA DO BEIRA				
VILA NOVA DA BARCELINA	485	13,75	440	12,48	MORTOYA				
VILA NOVA DE OURÉM					NELAS	273	5,89	325	7,02
Setúbal					OLIVEIRA DE FRADES	201	4,22	197	4,14
ALLACER DO SAL	4.642	53,00	4.759	55,00	PENALVA DO CASTELO	119	2,87	102	2,42
ALCOCHETE	2.289	44,00	2.254	43,51	PENEDONHO			95	5,21
ALMADA	27.174	42,45	27.259	42,59	REZENDE				
BARREIRO	23.695	57,32	23.417	58,62	S. COMBA DÃO	100	1,92	97	1,86
GRANDOLA	5.271	56,03	5.311	56,47	S. JOÃO DA PEQUENILHA				
MOITA	13.648	64,02	13.650	64,03	S. PEDRO DO SUL			786	8,91
MORTIJO	6.421	39,55	6.101	37,57	SATÃO	84	1,45	90	1,52
PALMELA	6.528	44,85	6.321	43,40	SERNANQUELHE	83	2,53	71	2,16
SANTIAGO DO CAJÊ	6.834	48,19	6.492	45,77	TABUAGÃO	117	3,28	163	4,56
SEIXAL	14.850	53,70	14.744	53,28	TAROUCA	1.170	33,69	1.194	34,38
SESIMBRA	4.292	45,02	4.127	43,26	TONDELA				
SETÚBAL	15.172	35,50	14.867	34,76	VILA NOVA DE PAIVA	95	3,64	101	3,87
SINES	2.559	56,60	2.470	54,96	VISEU				
Viana do Castelo					VOZELA			649	11,47
ARLOS DE VALDEVIA	487	4,26	493	4,31					



Num comício em Menongue (ex-Serpa Pinto) o camarada Octávio Pato foi calorosamente aplaudido ao ler a saudação que, em nome do Comité Central do PCP, dirigiu ao MPLA e ao povo da República Popular de Angola.

# O XX aniversário do MPLA «UM GRANDE ACONTECIMENTO POLÍTICO»

## ● Entrevista com o camarada Octávio Pato, que chefiou a delegação do PCP presente nas comemorações

«O vigésimo aniversário do MPLA foi, sem dúvida, um grande acontecimento político na medida em que, para além do significado histórico da sua comemoração, foi assinalado nas 16 províncias da República Popular de Angola, com a participação dos mais destacados dirigentes do MPLA e de mais de cinquenta delegações de países estrangeiros» — salientou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, no regresso da delegação do nosso Partido que participou nas comemorações do XX aniversário do MPLA.

Referindo-se à sua visita a Menongue (antiga Serpa Pinto) onde se deslocou para comemorar o aniversário do MPLA na companhia do presidente Agostinho Neto e das delegações dos Partidos Comunistas da União Soviética e de Cuba e ainda do Partido do Trabalho do Congo, entre outras, afirmou:

«Participámos aí num comício onde estavam milhares de pessoas e em que é de realçar, entre outras coisas, o ardor e o entusiasmo revolucionário com que a assistência participou no comício, o qual se prolongou até à noite.

«Para nós, comunistas portugueses, foi emocionante termos ouvido um discurso de um dos homens que participaram no 4 de Fevereiro, isto é, um daqueles homens que participaram no assalto à cadeia de Luanda. Mas mais emocionante foi ouvir

a descrição de como decorreu e das consequências que resultaram para muitos através das represálias logo desencadeadas pela PIDE».

«Iguamente emocionante, termos constatado que as afirmações que fizemos no discurso proferido durante o comício foram não só atentamente seguidas como calorosamente aplaudidas. A nós, comunistas portugueses, que sempre lutámos contra o colonialismo e contra a opressão e o fascismo, sensibilizou-nos bastante ouvir o povo de Menongue — milhares e milhares de pessoas dessa zona — a gritar Viva o Partido Comunista Português, Viva o PCP!»

O resultado do trabalho revolucionário do MPLA, sob a orientação do seu Comité Central e do seu dirigente principal, o camarada presidente Agostinho Neto, dentro dos princípios do internacionalismo proletário foi focado igualmente pelo camarada Octávio Pato que acrescentou não confundir o MPLA «o colonialismo português e o fascismo português com o povo português, conforme ficou bem demonstrado no comício em que participámos».

A delegação do PCP visitou fábricas, bairros operários e algumas sedes da OMA, da OPA e da Juventude do MPLA, em todos os locais tendo sido testemunhado um inequívoco espírito de solidariedade e fraternidade. E acrescentou: «É evidente que ao fazê-lo não era a nós particularmente

que se dirigiam, como é compreensível, mas sim ao que representávamos, a grande parte do povo português que sempre lutou contra o colonialismo e continua a defender a necessidade e a urgência de se estabelecer com o novo Estado de Angola relações fraternas de cooperação e amizade, que só de podem forjar na medida em que exista uma confiança recíproca e na medida em que essas relações sejam completamente novas sem quaisquer preconceitos ou paternalismos».

### PORTUGUESES COLABORAM NA RECONSTRUÇÃO

Durante a sua visita à RPA a delegação do Partido Comunista teve oportunidade de contactar com muitos portugueses que dão o seu esforço na reconstrução nacional em que todo o MPLA está lançado. Reportando-se a esses encontros o camarada Octávio Pato frisou:

«Esses camaradas que estão lá a trabalhar há muitos anos lamentam que algumas fábricas estejam a produzir muito aquém da sua capacidade precisamente porque lhes faltam técnicos, precisamente porque houve muitos e muitos portugueses que abandonaram Angola — para muitos talvez num momento de desespero ou de desorientação — criando dificuldades e criando, digamos, uma situação de sabotagem à própria economia angolana».

«É o caso, por exemplo, dos camiões — acrescentou. Dos 30 000 que existiam, apenas cerca de 3000 lá permanecem. Todos os outros foram roubados a Angola e enviados para a África do Sul, para Portugal e outros países».

Salientando o esforço de reconstrução nacional que apesar de tudo isto é evidente e está a ter completo sucesso e que nem os fantoches a soldo do imperialismo conseguem perturbar, o camarada Octávio Pato salientou, por último, a necessidade de se procurar estabelecer relações de todo o tipo com a República Popular de Angola, recordando:

«É bom que se saiba que o povo angolano e até mesmo os portugueses que vivem em Angola são os próprios a dizerem que está ainda bem viva em todos eles a posição do Partido Socialista, que está hoje no Governo, ao recusar-se a reconhecer o primeiro governo formado na República Popular de Angola e que isso não só criou um sentimento de desconfiança como dificuldades e um contencioso que está longe de ser resolvido e que não será solucionado apenas pela simples troca de embaixadores. Isso será um facto positivo, um passo importante, mas por si só não chega. É preciso que o governo português seja capaz de mostrar na prática que está interessado no restabelecimento efectivo de novas relações com Angola independente, na base do respeito mútuo e da não-interferência nos problemas internos de cada um dos países».

Durante a sua estadia na República Popular de Angola, a delegação do PCP, que além de Octávio Pato incluía também o camarada Rogério de Carvalho, membro do CC, esteve presente em várias cerimónias e visitas no âmbito das comemorações, participando designadamente na abertura da exposição de painéis organizada pela UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos), na visita ao bairro operário Comandante Volódia, na visita à fábrica de cerveja Nocal e ainda sedes da OMA (Organização das Mulheres Angolanas), OPA (Organização dos Pioneiros Angolanos) e Juventude do MPLA. Por toda a parte a delegação do PCP foi recebida com tocantes manifestações de interesse e carinho.

À chegada a Luanda, os nossos camaradas tinham sido recebidos pelo camarada Lúcio Lara, secretário do Bureau Político do MPLA, tendo o camarada Octávio Pato prestado declarações à Rádio Angolana e expressando os sentimentos de solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do MPLA e do povo angolano.

No dia 10, os camaradas Octávio Pato e Rogério de Carvalho, na companhia do camarada Presidente Agostinho Neto, deslocaram-se a Menongue (ex-Serpa Pinto). Nesta deslocação integraram-se também outras delegações, como a do Partido Comunista da União Soviética, do Partido Comunista de Cuba e do Partido Congolês do Trabalho. Em Menongue realizou-se um importante comício, tendo

usado da palavra o camarada Presidente Agostinho Neto e os chefes das delegações presentes. O camarada Octávio Pato foi calorosamente aplaudido na saudação que em nome do Comité Central do PCP dirigiu aos milhares de angolanos presentes, a qual publicamos em separado, assim como o texto de agradecimento do camarada Agostinho Neto.

São de realçar pela sua importância as declarações proferidas aos órgãos de comunicação, aquando do regresso a Luanda, pelo camarada Presidente Agostinho Neto e os chefes das delegações dos Partidos Comunistas da URSS e de Cuba, tendo também o camarada Octávio Pato tido oportunidade de sublinhar, uma vez mais, a importância das comemorações do XX aniversário do MPLA, que constituíram um grande acontecimento para o povo angolano e para a República Popular de Angola e uma poderosa manifestação de internacionalismo proletário.

Antes do seu regresso a Lisboa, os camaradas Octávio Pato e Rogério de Carvalho foram recebidos pelo camarada Presidente Agostinho Neto, tendo sido abordados assuntos de interesse comum ao PCP e ao MPLA.

A forma como a delegação do PCP foi distinguida pelos dirigentes do MPLA e acolhida pelo povo angolano testemunham bem os estreitos laços de amizade e solidariedade que unem o Partido Comunista Português e o Movimento Popular de Libertação de Angola.

# O IV CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO VIETNAME

Após longos anos de luta revolucionária e de intenso combate contra o colonialismo francês, primeiro, e o imperialismo norte-americano, depois, o povo do Vietname alcançou a libertação total do país. Sob a direcção do Partido dos Trabalhadores do Vietname, a luta das massas populares culminou, pois, numa grande vitória não só para o seu povo mas para todos os revolucionários do mundo — vitória que assinala o início de uma nova etapa na história do Vietname, aberta pela derrota do imperialismo e pela unificação da pátria vietnamita, operada em Junho último. É a etapa da Revolução Socialista em todo o território nacional, da construção da base material e técnica do socialismo.

Apontar as tarefas do Partido para esta fase avançada da luta e traçar o balanço de toda uma actividade revolucionária, caracterizada também pela resistência armada contra as forças de ocupação imperialistas, são alguns dos objectivos fundamentais do IV Congresso do Partido dos Trabalhadores do Vietname, cujos trabalhos decorreram até ao próximo dia 20, em Hanói, com a participação de mais de mil delegados.

O III Congresso do PTV realizou-se em 1960, tendo aí sido apontada para a República Democrática do Vietname a linha e estratégia de desenvolvimento pela via do socialismo. Passada mais de uma década,

o Partido dos Trabalhadores do Vietname volta a reunir-se em Congresso — órgão máximo de decisão. Mas hoje, o Vietname está reunificado. Devido à coragem e à abnegação revolucionária do seu povo, que recebeu sempre a solidariedade militante e internacionalista de todos

os povos do mundo, nomeadamente dos povos que erguem as sociedades do futuro, do progresso e da liberdade: as sociedades socialistas. Tornou-se realidade o ideal do grande dirigente vietnamita e herói nacional, camarada Ho Chi Minh! A República Socialista do Vietname ocupa já hoje um lugar de

relevância na frente da luta pela paz e pelo progresso no mundo.

O PCP está representado no Congresso do PTV pelo camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política. A delegação soviética é chefiada pelo camarada M. Suslov, membro do Bureau Político do PCUS.

## SAUDAÇÃO DO PCP

Por ocasião do IV Congresso do Partido dos Trabalhadores do Vietname, o Comité Central do PCP enviou ao Comité Central daquele partido irmão uma calorosa saudação internacionalista, onde se salienta a heroica e abnegada luta dos comunistas e de todo o povo trabalhador do Vietname contra o imperialismo, e se manifesta a solidariedade e a amizade fraternais de todos os comunistas portugueses para com o Partido dos Trabalhadores do Vietname. É o seguinte o texto da mensagem:

Queridos camaradas: É com profunda emoção e alegria que o Comité Central do Partido Comunista Português vos dirige, por ocasião do IV Congresso do Partido dos Trabalhadores do Vietname, as suas mais calorosas e fraternais saudações.

Por vosso intermédio, saudamos também os delegados ao Congresso, os comunistas, os trabalhadores e todo o povo do Vietname que, através de longos anos de heroica luta de resistência contra o imperialismo norte-americano e seus lacaios, pela salvação nacional, alcançou, numa vitória total e completa, a paz, a independência e a unidade da pátria vietnamita.

Essa vitória de alcance histórico, não só para o povo do Vietname mas para toda a Humanidade progressista, só foi possível devido à coragem e à abnegação sem limites do vosso povo que, sob a direcção do vosso Partido e apoiado por um amplo movimento de solidariedade internacional, soube resistir e derrotar o imperialismo mais poderoso do mundo.

Também os comunistas e os trabalhadores portugueses seguiram atentamente a grande epopeia do vosso povo e, na medida das suas possibilidades, deram o seu contributo para o movimento de solidariedade mundial que, tendo à frente a União Soviética e os outros países socialistas, se desenvolveu para apoiar o valente povo do Vietname.

Sentimos a vossa vitória como uma valiosa contribuição para a nossa própria luta, quer antes, quer depois do derrubamento do

regime fascista e da instauração em Portugal das liberdades democráticas.

Camaradas: O nosso Partido acaba de realizar o seu VIII Congresso, que definiu como objectivo central da nossa luta o prosseguimento da construção da democracia a partir das conquistas revolucionárias alcançadas pelo nosso povo após 25 de Abril de 1974: as liberdades democráticas, a Reforma Agrária, o controlo operário. O nosso Congresso reafirmou também a política de unidade do PCP — unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, unidade de todas as classes e camadas anti-monopolistas, aliança do povo com as Forças Armadas, unidade entre todos os democratas, nomeadamente entre comunistas e socialistas, assim como de todas as outras forças progressistas que queiram defender e construir a democracia em Portugal.

O nosso Congresso apresentou uma clara alternativa democrática para a solução dos grandes problemas políticos, económicos e sociais que o povo português enfrenta. Não obstante as dificuldades e os perigos, designadamente os resultantes das actividades conspiratórias da direita reacçãoária contra as conquistas da Revolução de Abril; não obstante a política de recuperação capitalista e de liquidação da Reforma Agrária, conduzida pelo governo minoritário do Partido Socialista, estamos confiantes em que a classe operária e as massas trabalhadoras, unidas a vastos sectores da população que não querem o retorno ao passado fascista, saberão defender e consolidar a democracia portuguesa rumo ao socialismo.

Queridos camaradas: Sob a direcção do vosso Partido, uma nova etapa se abre agora na história do Vietname unificado: a realização da Revolução Socialista em todo o país, nas condições da sólida aliança entre a classe operária e o campesinato, na base da Frente Nacional Única e do poder revolucionário do povo.

Estamos certos de que o vosso glorioso Partido, o Partido de Ho Chi Minh, fiel às suas tradições de luta e aos ideais do marxismo-leninismo, saberá conduzir o vosso povo nas difíceis tarefas que o esperam na etapa actual da construção da base material e técnica do socialismo.

A nível Internacional, crescem o papel e o prestígio do Partido dos Trabalhadores do Vietname. Serão em vão as manobras tentadas pelo imperialismo norte-americano para impedir a República Socialista do Vietname de ocupar o lugar que lhe cabe na comunidade internacional.

Aproveitamos esta oportunidade para vos expressar o nosso sincero e profundo reconhecimento pela solidariedade e o apoio por vós dados à luta do povo português, quer durante os difíceis anos de luta contra o fascismo, quer depois do 25 de Abril. Pela nossa parte vos asseguramos, queridos camaradas vietnamitas, que poderéis sempre contar com a solidariedade e a amizade fraternais dos comunistas portugueses à vossa luta pela edificação do socialismo em todo o Vietname livre, pacífico e unido.

Desejamos pleno êxito aos trabalhos do vosso IV Congresso e fazemos votos por que a aplicação das suas resoluções se reflita em toda a actividade nacional, de modo a reconstruir todo o vosso país devastado pela guerra, encaminhando-o na via radiosa do socialismo.

Esperamos, queridos camaradas, que se reforcem ainda mais, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, as tradicionais relações de amizade fraternal há muito existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido dos Trabalhadores do Vietname, no interesse comum dos nossos dois países e dos nossos dois povos.

VIVA O IV CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO VIETNAME!  
VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

O Comité Central do Partido Comunista Português

# SAUDAÇÃO DO PCP AO MPLA E MENSAGEM DE AGOSTINHO NETO

É o seguinte o texto de saudação enviado pelo Comité Central do PCP ao Comité Central do MPLA:

Queridos camaradas: Por ocasião do XX aniversário do MPLA, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos, e através de vós a todos os militantes do MPLA, as heróicas FAPLA e ao povo irmão de Angola, as mais fraternais saudações de combate dos comunistas portugueses.

A fundação do MPLA há 20 anos constitui um facto de grande alcance e significado. A luta e os êxitos alcançados neste período pelo povo angolano estão indissoluvelmente ligados à acção revolucionária de vanguarda do MPLA. O MPLA que, sob a direcção do seu Comité Central e do camarada presidente Agostinho Neto, organizou e dirigiu a resistência e a luta armada de libertação guiando o povo angolano na conquista da independência e na derrota da agressão imperialista e racista, é também, nos dias de hoje, a força dirigente na edificação da República Popular de Angola de uma nova sociedade finalmente livre da exploração e agressão colonial, orientada na perspectiva do socialismo.

As medidas revolucionárias já adoptadas pelo MPLA e pelo governo da RPA no campo da economia, o controlo da banca, a nacionalização dos sectores-chave da Indústria, o desenvolvimento de cooperativas de produção e consumo, a nacionalização do ensino e da saúde, o desmantelamento do aparelho burocrático colonial e a criação de novos órgãos de Poder de Estado constituem passos importantes no sentido da liquidação definitiva da pesada herança colonial.

O PCP, que foi a primeira, e durante muito tempo a única força política portuguesa a proclamar o direito dos povos das colónias à completa e imediata independência, que sempre reconheceu o MPLA como único e legítimo representante do povo angolano, que sempre considerou os nossos povos aliados na luta comum contra o fascismo e o colonialismo, que sempre manteve e mantém com o MPLA uma estreita, fraternal e solidária aliança de combate, associa-se de todo o coração às comemorações do XX aniversário do MPLA.

O PCP deseja ao MPLA e ao povo irmão de Angola os maiores sucessos na concretização dos

objectivos apontados pela 3.ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, nas tarefas de reconstrução nacional fixadas para o 2.º ano da independência, no trabalho pacífico a que o povo angolano pode finalmente consagrar o essencial da sua energia criadora.

As forças do Imperialismo, do neocolonialismo e do racismo procuram por todos os meios, incluindo a agressão armada, impedir o desenvolvimento independente e progressista da RPA. Estamos contudo certos de que o povo angolano e as heróicas FAPLA, com a ajuda internacionalista da URSS e dos países socialistas e a solidariedade das forças progressistas do mundo inteiro continuarão a fazer frente com êxito ao inimigo.

A recente admissão da RPA na ONU saudamo-la como um testemunho mais dos grandes êxitos alcançados na edificação da vossa pátria independente e soberana e do crescente prestígio internacional da RPA. Queriam ou não queiram as forças do imperialismo, do neocolonialismo e do racismo, será o povo angolano a decidir do seu próprio destino.

Queridos camaradas: O nosso Partido realizou há menos de um mês o seu VIII Congresso ordinário, o primeiro na legalidade após 48 anos de ditadura fascista.

O nosso VIII Congresso definiu como objectivo da nossa luta a consolidação da democracia rumo ao socialismo, tendo como base as grandes conquistas políticas, económicas e sociais já alcançadas, e cuja defesa constitui a tarefa central do momento presente.

A reacção interna e o imperialismo conspiram contra a nossa revolução. Toma-se cada vez mais patente que só com os trabalhadores, só no caminho do socialismo, só com um governo que englobe as diversas forças políticas interessadas na salvaguarda das conquistas revolucionárias, incluindo os comunistas, é possível defender as liberdades e resolver os grandes problemas do nosso povo. Esta é a alternativa democrática que o PCP defende, lutando incansavelmente pela unidade da classe operária e das massas populares, pela unidade entre socialistas e comunistas e de todas as forças democráticas, pela unidade do povo com as Forças Armadas.

A situação política no nosso país é instável

e perigosa. Mas estamos confiantes. Os comunistas portugueses não pouparão esforços nem sacrifícios para defender as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, para assegurar o desenvolvimento da revolução portuguesa no caminho do socialismo.

Os comunistas portugueses continuarão a dar firme combate às campanhas de calúnias e às actividades dirigidas contra a República Popular de Angola e contra a amizade entre os nossos dois povos continuando a pugnar para que entre Portugal e a RPA se estabeleçam relações de novo tipo baseadas na igualdade dos direitos, na reciprocidade das vantagens, no respeito mútuo, na não ingerência nos assuntos internos.

Queridos camaradas: A mensagem fraternal e solidária que o representante do MPLA trouxe ao nosso VIII Congresso e o vivo entusiasmo com que os comunistas portugueses acolheram a vossa delegação testemunham os estreitos laços de amizade e solidariedade que sempre uniram os nossos dois partidos e que, estamos certos disso, continuarão a reforçar-se no futuro.

Estal certos, queridos camaradas, de que, tal como no passado, também na nova etapa da vossa luta pela consolidação da independência e do poder popular e pelo estabelecimento de uma sólida base económica visando o estabelecimento da Democracia Popular rumo ao futuro socialista na República Popular de Angola, poderéis contar com a solidariedade activa e militante dos comunistas e da classe operária do Portugal.

Viva o XX Aniversário do MPLA!

Viva a República Popular de Angola!

Viva a amizade e a solidariedade entre o PCP e o MPLA, entre o povo português e o povo angolano!

É o seguinte o texto da mensagem enviada ao Comité Central do PCP, assinada pelo camarada Agostinho Neto:

Camaradas: Ao celebrarmos o XX.º aniversário da fundação do MPLA, é com a mais viva satisfação que agradecemos a vossa mensagem de felicitações e que nos congratulamos pela presença entre nós da delegação do vosso Partido. Com a proclamação da independência das antigas colónias portuguesas,

o campo das forças progressistas assume proporções cada vez mais vastas. A correlação de forças no panorama mundial pende favoravelmente para o campo dos países progressistas e amantes da paz, que formam hoje uma ampla frente anti-imperialista.

Com a ajuda excepcional, desinteressada e amiga dos países socialistas como a União Soviética e Cuba, com o apoio de organizações e partidos de, em todo o mundo se erguem contra as odiosas manobras do imperialismo, o povo angolano, orientado pelo MPLA, sua vanguarda revolucionária, saberá fazer face às suas responsabilidades históricas. Assim, no plano interno, a República Popular de Angola consolida a sua independência, afirma a sua personalidade nacional, lança-se resolutamente na reconstrução nacional, e prepara-se para criar as condições para que se cumpra o programa de acção definido na Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, realizada em Outubro findo, o qual aponta decididamente para o socialismo. No plano internacional, a República Popular de Angola afirma a sua ajuda militante, a sua solidariedade incondicional, para com os povos da África Austral e de outros países do mundo que se batem contra o imperialismo internacional.

A luta do nosso povo contou sempre com o apoio do Partido Comunista Português. Estamos bem lembrados dos sacrifícios de toda a ordem consentidos pelos comunistas portugueses, vítimas, como nós, da repressão brutal do fascismo português, para que o povo angolano pudesse libertar-se da opressão colonialista e constituir-se em nação livre e independente. A nossa amizade nasce, pois, da mesma luta abnegada e corajosa e por isso é firme e constante, e reforça-se à medida que continuamos a travar contra os mesmos inimigos.

Condenamos o engajamento das manobras imperialistas que visam perturbar as conquistas já alcançadas pelo povo português com a Revolução de Abril e para as quais o Partido Comunista Português tem sido um factor decisivo. Saudamos calorosamente o Comité Central do Partido Comunista Português, por saber interpretar os anseios das massas trabalhadoras portuguesas, pela sua luta incansável para que estas tomem nas mãos a direcção dos seus destinos.

**ACESSÍVEL A TODOS OS LEITORES**  
(A linguagem e o preço)

**À VENDA BREVEMENTE**

**ABC do Marxismo-Leninismo**

Série A  
A SOCIEDADE E O ESTADO  
N.º 9

Distribuição CDL

**ORIGENS E PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO**

# SEM TEORIA REVOLUCIONÁRIA NÃO HÁ MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

Na batalha das ideias – expressão da luta de classes que por sua vez influencia essa própria luta – uma arma essencial: o livro

## Novidades

**Dimitroff**  
PÁGINAS DE UMA VIDA HERÓICA

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO



**G. DIMITROV**

PÁGINAS DE UMA VIDA HERÓICA

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO

**16**

**Marx**

**o APROFUNDAMENTO DA CRISE GERAL DO CAPITALISMO**

Albert Norden

edições Avante!

Na luta contra o anticomunismo e o anti-sovietismo interessa particularmente divulgar a realidade objectiva dos países socialistas e a política do Partido e demonstrar como o anticomunismo e o anti-sovietismo servem o imperialismo e a reacção.

edições Avante!

Nas condições actualmente existentes em Portugal a ideologia social-democrata traduz uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Fornece a base ideológica para uma política de direita. Necessita de ser firmemente contrariada.

## PEQUENA Feira de NATAL



NA PRACA DE ESPANHA

JUNTO AO Teatro Aberto **GRANDE EXPOSIÇÃO VENDA**

de LIVROS • DISCOS ARTE SANATO POSTERS • POSTAIS **Produtos da Reforma AGRARIA**

Muitas SURPRESAS \* UMA BOA OPORTUNIDADE PARA ADQUIRIR A SUA **Oferta de Natal**

Para resolver os grandes problemas nacionais, uma alternativa democrática

**A REVOLUÇÃO PORTUGUESA O PASSADO E O FUTURO**



A definição de uma politica na base, não de abstracções ou projectos voluntaristas, mas da situação concreta existente

## a sair brevemente

**2.ª edição**

**SINDICATOS E ACCÇÃO SINDICAL**

CADERNOS DO PCP

edições Avante!

PUB.

**A INTERNACIONAL COMUNISTA**



**À VENDA O 2.º VOLUME**

**Problemas Politicos do Movimento Comunista e Operário Internacional.**

ABC do Marxismo-Leninismo

Série A A SOCIEDADE E O ESTADO Nº 8

**A DOCTRINA MARXISTA DAS CLASSES E DA LUTA DE CLASSES**

Accesível a todos os leitores (o preço e a linguagem)

**À VENDA BREVEMENTE**

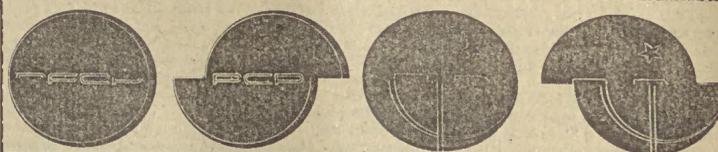
Mais um número da colecção ABC do Marxismo-Leninismo

Distribuição CDL

## Algumas sugestões das edições Avante! para este fim-de-ano

- ★ **CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA REFORMA AGRÁRIA (2 volumes)**  
Álvaro Cunhal ..... 120\$00
- ★ **O PCP E A LUTA SINDICAL**  
..... 80\$00
- ★ **CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO (4 volumes)**  
V. Afanassiev ..... 140\$00
- ★ **A DEFESA ACUSA**  
..... 50\$00
- ★ **OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES · Refúgio Perdido · Engrenagem · Esteiros**  
..... 90\$00
- ★ **V. I. LÉNINE (Pequena biografia)**  
..... 50\$00
- ★ **O LENINISMO E A PASSAGEM DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO**  
..... 50\$00
- ★ **ESCRITA E COMBATE (Textos de escritores comunistas)**  
..... 120\$00
- ★ **CURSO ELEMENTAR DE ECONOMIA POLÍTICA**  
..... 60\$00
- ★ **A REVOLUÇÃO PORTUGUESA – O PASSADO E O FUTURO**  
Álvaro Cunhal ..... 100\$00
- ★ **DESENHOS DA PRISÃO**  
Álvaro Cunhal ..... 300\$00
- ★ **A NOSSA HISTÓRIA É A LUTA DO POVO**  
..... 100\$00
- ★ **ATÉ AMANHÃ CAMARADAS**  
Manuel Tiago ..... 100\$00

## MEDALHA PCP



# A NOSSA HISTÓRIA É A LUTA DO POVO

UMA COLEÇÃO DE DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A HISTÓRIA DO NOSSO PARTIDO



**O ÁLBUM QUE TODOS OS MILITANTES E AMIGOS DO PARTIDO DEVEM TER!**

1961/1962 – Os anos 61-62 são caracterizados por um dos mais importantes fluxos revolucionários sob a ditadura fascista. Luta unitária em torno das «eleições» para a Assembleia Nacional. Greves estudantis. Lutas dos trabalhadores rurais do Alentejo que conquistam a jornada de 8 horas. Luta dos mineiros de Aljustrel.

Todo este fluxo de luta popular é dirigido pelo PCP e culmina no 1.º de Maio de 1962.

Os fascistas assassinaram José Dias Coelho e prenderam Pires Jorge, Octávio Pato, Carlos Costa e posteriormente Dias Lourenço e Blanqui Teixeira. Muitos outros membros da direcção e quadros clandestinos do Partido caem nas mãos dos fascistas. Porém o Partido continuou sempre à frente da luta política e da luta reivindicativa operária.

edições Avante!

À venda nos Centros de Trabalho do PCP. Pedidos à CDL – Central Distribuidora Livreira



Coroas de espigas de trigo: prémio para os melhores motocultores

## A EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA SOVIÉTICA

Logo após a Revolução de Outubro, os camponeses soviéticos deram os primeiros passos no sector cooperativo com a finalidade de melhorar a produção agrícola nacional.

Entre as primeiras cooperativas de produção estavam as comunas, que surgiram das grandes propriedades rurais pertencentes, no período pré-revolucionário, aos latifundiários e ao czar.

Foram igualmente organizadas sociedades para lavar a terra, bem como cooperativas agrícolas. Em Junho de 1918, antes do início da guerra civil, existiam no País 350, e em fins de 1918 o número de tais cooperativas camponesas chegava já a 1600.

Diversas propriedades rurais de latifundiários foram transformadas em empresas estatais socialistas, ou seja, em "sovkhozes". Todos os meios de produção e tudo o que produziam era de propriedade estatal e as pessoas que ali trabalhavam recebiam o salário segundo a quantidade e qualidade do trabalho.

O que eram as primeiras comunas?

As comunas eram cooperativas de produção dos camponeses onde se socializava não só a terra arável, como ainda os instrumentos de trabalho, os animais de tracção, o gado, etc. Tudo aquilo de que necessitavam os membros da comunidade, inclusive artigos de uso pessoal, era fornecido pela comuna. A renda, porém, era distribuída sem tomar em conta o trabalho real despendido por cada um dos seus membros, segundo o princípio da igualdade e da quantidade de bocas a alimentar. Tal modo de distribuição, como a experiência o demonstrou, não estimulava o trabalho nem o desenvolvimento da sociedade. Por isso mesmo, as comunas não tiveram grande difusão e, pouco a pouco, foram-se transformando em "sovkhozes".

### SOCIEDADES DE LAVRA DA TERRA EM COMUM

Esta foi uma outra forma de união dos esforços dos camponeses na produção surgida nos primeiros anos do regime soviético. Os camponeses socializavam a terra. A distribuição da renda nestas sociedades era feita principalmente segundo a extensão do lote de terra em posse do camponês antes de ingressar na sociedade. Nalgumas sociedades deste tipo, quando da distribuição da renda, também era tido em consideração o trabalho despendido por cada um no labor colectivo, a utilização dos instrumentos de trabalho e dos animais de tracção, que eram de propriedade pessoal dos membros da sociedade. Como consequência, recebiam invariavelmente uma boa renda não aqueles que trabalhavam muito e honestamente, mas sim os que davam maior quantidade de utensílios para serem usados em comum. *Deste modo, quem ganhava eram as famílias abastadas e não os pobres, e, por esta razão, também este tipo de sociedade não se difundiu muito, e, pouco a pouco, cedeu o seu lugar aos "kolkhozes".*

### KOLKHOSES — EMPRESAS AGRÍCOLAS COLECTIVAS

Os "kolkhozes", empresas agrícolas colectivas, era uma forma de cooperação na produção, superior à das sociedades surgidas anteriormente e que resultou mais viável do que o sistema de comunas e outros tipos de sociedade. De resto, o camponês pobre ingressava de boa vontade nos kolkhozes, especialmente quando a industrialização socialista na URSS permitiu enviar para o campo grandes quantidades de máquinas e alfaias agrícolas.

Nos kolkhozes socializava-se não só a terra, mas também as máquinas, outros instrumentos de trabalho e os animais de tracção. A distribuição da renda era feita de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho despendido por cada um na empresa colectiva. Os kolkhosianos continuavam a ser proprietários da sua casa, das dependências auxiliares e dos animais caseiros. O kolkhos, por seu lado, concedia um terreno para a horta a cada família camponesa e prestava ajuda material aos seus membros em caso de incapacidade de trabalhar.

Os assuntos da cooperativa eram administrados pela assembleia geral e pela administração eleita. A fim de verificar a actividade da administração, elegia-se uma comissão de controlo, que vigiava pela observância do estatuto do kolkhos, pelo cumprimento do plano de produção, dos acordos, obrigações, etc.

A cooperativa estabelecia acordos com o Estado para a venda dos seus produtos. O Estado, por sua vez, fornecia às cooperativas meios de produção, artigos de consumo, concedia créditos e assistência agro-técnica.

Os primeiros anos de funcionamento dos kolkhozes logo demonstraram a sua capacidade para conseguir maiores êxitos nas actividades agrícolas do que nas propriedades individuais. A renda dos membros das cooperativas era duas a quatro vezes maior que a dos camponeses que possuíam propriedades individuais. FOI ESTA A RAZÃO DETERMINANTE DO SEU INGRESSO EM MASSA NAS EMPRESAS COLECTIVAS.

### APOIO NA INDUSTRIALIZAÇÃO

Em 1928, a URSS deu início ao cumprimento do primeiro plano quinquenal de desenvolvimento da economia. Este plano, na sua essência, era parte de um outro mais amplo de industrialização, que permitiria, em 10-12 anos, transformar o País atrasado, agrário, numa potência industrial, capaz de fabricar todos os meios de produção necessários.

A construção acelerada de grandes fábricas de tractores, como as de Carcóvia (Ucrânia) e de Rostov,

permitiu fornecer à agricultura, em quantidades crescentes, tractores, ceifeiras-debulhadoras e alfaias agrícolas.

De 1928 a 1932 o campo recebe 120 mil tractores (em 1927 trabalhavam apenas 18 mil), mas esta quantidade de máquinas ainda não chegava para fazer face às necessidades e, além do mais, os camponeses não dispunham de recursos suficientes para as adquirir.

A fim de não dispersar as máquinas agrícolas e utilizá-las com maior eficiência, o Estado criou as chamadas Estações de Máquinas e Tractores (E.M.T.), que as alugavam aos camponeses. As EMT lavravam as terras dos kolkhozes e ajudavam nas colheitas. Assim, os kolkhozes podiam vender ao Estado, de uma forma rápida, os cereais produzidos.

Os serviços do EMT só podiam ser utilizados pelas empresas colectivas, o que, economicamente, minava o papel do kulak (grande proprietário, latifundiário) no campo e reforçava as posições do camponês pobre.

A partir da segunda metade do ano de 1929, teve início na URSS a formação em massa de kolkhozes, que contavam com o auxílio material e organizador do Estado. Em 1930, cada camponês que trabalhava no kolkhos produzia 40 a 50% mais que nas propriedades individuais, onde existiam as mesmas condições de solo, clima, etc. *A colectivização, na verdadeira acepção da palavra, duplicou as forças dos camponeses.*

### A CONTRIBUIÇÃO DOS OPERÁRIOS

No período da sua formação, os novos kolkhozes soviéticos tinham necessidade de dirigentes instruídos, experientes e firmes. Naquela época, no campo, havia poucas pessoas com essas qualidades, pois, antes da Revolução de Outubro, os camponeses na sua maioria eram analfabetos, e só após a Revolução começaram a aprender as primeiras letras. Nestas condições, a classe operária do país, que fizera a revolução em aliança com o camponês, resolveu prestar ajuda aos trabalhadores do campo. Inicialmente, brigadas operárias auxiliavam os camponeses a consertar as máquinas e instrumentos e tomavam parte nos trabalhos agrícolas.

A colectivização, no final dos anos 20, fez surgir a necessidade de uma participação mais directa dos operários de vanguarda na reorganização socialista da agricultura. O Partido Comunista resolveu enviar para o campo nada menos de 25 mil operários possuidores de suficiente experiência de organização.

À sua chegada ao campo, os operários começaram por reunir à sua volta os camponeses pobres, nos quais se apoiava o Partido Comunista para levar a cabo a colectivização da agricultura. Muitos operários passaram a chefiar as brigadas de produção das cooperativas e, ao mesmo tempo, auxiliavam os camponeses nas suas tarefas.

O movimento kolkhoziano originou a revolução cultural no campo, que teve como consequência o aparecimento de uma intelectualidade rural, formada por pessoas de novas profissões, tais como agrónomos, zootécnicos e engenheiros. Em 1940, nos kolkhozes e sovkhozes havia quase um milhão e meio de especialistas diplomados.

Os kolkhozes, surgidos em consequência da aplicação do plano cooperativo leninista, venceram a prova do tempo. A sua vitalidade e força foram demonstradas de modo convincente durante a Grande Guerra Pátria do Povo Soviético contra os invasores hitlerianos (1941-1945).

### APESAR DA GUERRA

A invasão nazi causou um prejuízo colossal à agricultura. Os invasores hitlerianos destruíram e saquearam mais de 70 mil vilas e aldeias, dezenas de milhares de kolkhozes e sovkhozes, além das Estações de Máquinas e Tractores. *Vinte e cinco milhões de soviéticos ficaram sem tecto.* Mas, apesar disso, os kolkhosianos e os operários dos sovkhozes, em curto espaço de tempo, reconstruíram as suas empresas. Novas aldeias foram construídas. Por volta de 1950, o produto bruto da agricultura alcançou o nível de antes da guerra.

Uma importante etapa no desenvolvimento ulterior da produção agrícola na URSS foi o desbravamento das terras virgens, que teve lugar a partir dos meados do decénio de 50. Nas grandes extensões do Kasquistão, da Sibéria, da região do Volga e outras, foram arados mais de 40 milhões de hectares de novas terras. Nelas foram criadas centenas de grandes kolkhozes, com áreas de sementeira de 25 a 30 mil hectares cada um. A utilização das terras virgens e abandonadas tornou-se uma importante fonte de aumento da produção de cereais e de outros produtos agrícolas.

Oitavo quinquénio (1966-70) trouxe grandes mudanças à vida no campo soviético. Com efeito, foi reforçada a base técnico-material dos kolkhozes e sovkhozes e aumentou o fornecimento de maquinaria agrícola e de adubos. Foi dado um grande passo na electrificação do campo e foram realizadas grandes obras de melhoramento das terras, em consequência do qual a produção agrícola aumentou consideravelmente.

No nono quinquénio (1971-1975), o Estado consignou quase 129 milhões de rublos para a intensificação da agricultura.

Esta quantia vem a ser, aproximadamente, a mesma que nela foi investida durante os últimos dez anos.

A experiência do funcionamento dos kolkhozes soviéticos demonstrou que são a forma mais conveniente de organização da produção colectiva, socialista, no campo, e que, nas condições actuais, os kolkhozes resolvem satisfatoriamente a sua principal tarefa, ou seja, a de dar a quantidade de produtos agrícolas de que o país necessita.

## COMUNISTAS CONTRA AS MULTINACIONAIS

Os grandes monopólios capitalistas ainda reinantes são precisamente os laços fundamentais da dependência económica e política a que Portugal se encontrava amarrado, isto é, as firmas multinacionais — afirmou em Düsseldorf o camarada Gorjão Duarte, citando casos concretos

Realizou-se nos passados dias 10 e 11 de Dezembro uma Reunião dos Partidos Comunistas e Operários da Europa Capitalista, que teve lugar em Dusseldorf, na RFA, com a participação de 11 partidos irmãos. Os objectivos concretos na luta contra as multinacionais constituíram o tema da Reunião em que o PCP esteve representado pelo camarada Gorjão Duarte membro do Comité Central.

Depois de agradecer o acolhimento fraternal de que foi objecto a representação do nosso Partido pelo Partido Comunista Alemão, o camarada Gorjão Duarte afirmou na sua intervenção:

O regime fascista transformou Portugal num paraíso terrestre para as multinacionais. Os salários de fome a que os trabalhadores portugueses foram sujeitos garantiram os super-lucros dos grandes grupos económicos internacionais.

O 25 de Abril de 1974 trouxe, porém, transformações profundas no panorama político e económico do nosso país. Os ventos deixaram de soprar favoravelmente às multinacionais.

No Portugal democrático de hoje as estruturas económicas existentes não têm paralelo em qualquer país europeu do sistema capitalista.

O Partido Comunista Português considera que as relações de produção capitalistas sendo ainda predominantes, no entanto não são já determinantes.

O carácter determinante, decisivo na evolução económica do país, pertence ao sector nacionalizado, devido à sua própria composição económica: todos os grandes monopólios que dominavam a sociedade portuguesa antes do 25 de Abril de 74, nomeadamente a Banca os Seguros, e os sectores básicos da Indústria existente entre nós.

Significa isso no nosso país que as estruturas monopolistas nacionais foram, no essencial, destruídas. E que os grandes monopólios capitalistas ainda reinantes são precisamente os laços fundamentais da dependência económica e política a que Portugal se encontrava amarrado, isto é, as firmas multinacionais.

Estas constituem, portanto, uma lança cravada na nossa economia, por onde perigosamente podem ser acionados os mecanismos de recuperação capitalista.

A situação privilegiada criada pela nossa Revolução face ao capital estrangeiro pode, entretanto, ser posta em causa se o Estado português não estiver verdadeiramente ao serviço do Povo português em geral e dos trabalhadores em particular, opondo-se a tentativas de intromissão imperialista na vida política e social de Portugal e desempenhando um papel activo na limitação do poder dos grupos monopolistas multinacionais.

### PORTUGAL: AS MULTINACIONAIS AO ATAQUE

Este contexto sumariamente descrito obriga-nos a ponderar em cada situação concreta vivida, o tipo de acções comuns a desenvolver. Até porque, em alguns casos de multinacionais, os trabalhadores são simultaneamente gestores ou situam-se muito próximo da gestão. É uma situação peculiar, original, que coloca novos problemas e exige a procura de novas soluções à classe operária portuguesa.

Não caberá naturalmente desenvolver aqui o que representou e ainda representa o ataque sistemático das multinacionais contra a jovem democracia portuguesa.

Mas só a título de exemplo diremos que neste preciso momento, em Portugal, processam-se vários conflitos laborais em que se encontram envolvidas algumas multinacionais.

No sector de material eléctrico, as empresas multinacionais recusam-se a negociar o novo Contrato Colectivo de Trabalho e ameaçam com despedimentos. A Electrónica Signetis prepara-se para despedir 250 trabalhadores (em Agosto de 75 despedira 1000

de uma só vez); a Siemens, 418; a AEG, 400.

A multinacional alemã, do ramo vidreiro, "Wokan" ameaça despedir 90 trabalhadores; a multinacional têxtil sueca, "Dan and Hellmen" não paga salários; a gerência da multinacional holandesa "Maconde" (confeccões) pratica "Lock-out" desde Outubro, o que a coloca contra o preceituado na nossa Constituição.

Estes exemplos demonstram que o capital internacional não se conforma com a Revolução portuguesa e procura todas as formas de pressão para desestabilizar a situação económica e política no nosso país.

A resistência dos trabalhadores portugueses aos abusos e atropelos das multinacionais tem sido uma constante e, em muitos casos, os resultados são bastante animadores.

Foram os esforços dos trabalhadores que obstaram até agora a consumação do maior despedimento colectivo em Portugal — 1500 trabalhadores — numa tentativa levada a cabo pela multinacional americana Timex. O perigo mantém-se, no entanto, tendo o VI Governo provisório (de predomínio socialista) assinado um acordo que permite os despedimentos até ao final deste ano. Os trabalhadores, pelo seu lado, apresentam a sua alternativa: a reconversão tecnológica da empresa.

Foram os esforços dos trabalhadores que impediram que resultasse uma vasta manobra desenvolvida pela multipoderosa ITT em meados de 75, quando a central deste grupo, em Bruxelas, decidiu cortar as remessas de dinheiro para as suas empresas em Portugal, e suspender largo número de encomendas. O objectivo era claro: abrir fendas na unidade dos trabalhadores, atrair estes para atitudes mais precipitadas e, quiçá, criar uma situação conflituosa propícia ao empolamento político do caso e à ingerência imperialista no nosso país contra a ordem democrática instituída revolucionariamente. Tal não aconteceu, porém, graças à consciência

política de que os trabalhadores deram provas. Os resultados estão aí para abonar em seu favor: presentemente, uma das seis empresas do grupo — RABOR, fábrica de motores — encontra-se sob autogestão dos operários exigindo estes ao Governo a intervenção estatal ou mesmo a nacionalização. Recusam deixar reintegrar a empresa no grupo. Noutra — STANDARD-ITT SEMI-CONDUTORES — os trabalhadores exercem apertado controlo da produção e estudam eles próprios alternativas de reconversão para algumas secções produtivas da empresa.

### SABOTAGEM E INGERÊNCIA

A experiência da classe operária portuguesa na luta contra o poder das multinacionais, nomeadamente no período subsequente ao 25 de Abril é rica de ensinamentos e de significado político.

No entanto foi notório um desfasamento entre a luta de classe a nível nacional e a nível internacional, se a t e n d e r m o s à internacionalização crescente do capital e ao facto de que qualquer luta desencadeada numa filial de uma multinacional em certo país tem necessariamente a ver com todos os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho ao mesmo grupo com filiais noutros países. A solidariedade de classe em tais condições significa a unidade de os trabalhadores, factor imprescindível para estes se oporem com sucesso à unidade do capital.

A constatação deste facto leva ao reforço de ideias de que uma das tarefas importantes das organizações da classe operária e de todos os trabalhadores é a de intensificar os contactos internacionais a nível europeu, no caso específico que hoje nos faz reunir aqui. É definir medidas concretas de coordenação que permitem acções concertadas na luta contra o poder económico e político das multinacionais. Atendendo, evidentemente, às particularidades nacionais que as situações

em cada país considerado podem apresentar.

Mais adiante, o representante do PCP acentuou:

Queríamos ainda referir outros dois campos de possível colaboração entre o nosso Partido e os Partidos Irmãos, bem como a nível das estruturas sindicais verdadeiramente representativas dos interesses dos trabalhadores.

O primeiro diz respeito a empresas mistas, de capital português nacionalizado e capital estrangeiro, como é o caso dos estaleiros navais — LISNAVE.

Após o 25 de Abril a sabotagem e a ingerência do capital estrangeiro fez-se sentir escandalosamente, e não só da parte daquele que integra a empresa. No espaço de oito meses do ano de 75 foram canceladas 105 encomendas, 53 das quais dos países europeus.

O segundo corresponde àquilo que se pode intitular uma nova forma de penetração de interesses estrangeiros em Portugal a coberto de um pseudo auxílio das social-democracias europeias.

Empresas da construção civil pertencentes a organizações sindicais da Suécia e da RFA, em particular a empresa BPA Sueca e a empresa "Neue Helmat" alemã, procuram introduzir-se em Portugal associando-se a empresas congéneres portuguesas. Alguns projectos encontram-se já em estado bastante avançado de concretização.

Prova disso mesmo foi a recente ida a Portugal do Secretário-geral da Federação Sindical Sueca da Construção Civil, sr. John Logblade, o qual participou, quando da sua estada entre nós, num encontro de trabalhadores da construção civil do Partido Socialista.

A finalizar, o camarada Gorjão Duarte afirmou:

Esperamos sinceramente ter contribuído de forma útil para os objectivos desta reunião de trabalho que representa sem dúvida um passo importante no caminho do reforço da unidade e da organização da classe operária e de todos os trabalhadores para a defesa dos seus interesses comuns.

## O CRIME COMPENSA NA SOCIAL-DEMOCRACIA

Um assassino que a RFA se recusa a extraditar é um exemplo de como funciona a tão apregoada independência da justiça burguesa, nomeadamente quando se trata de incentivar o anticomunismo

Vai brevemente fazer um ano, precisamente no dia 19, que um cadastrado de nome Werner Weinhold, residente na República Democrática Alemã, onde já tinha sido condenado por quatro vezes, três das quais por roubo de carros e uma por assalto a residência e que nessa altura tinha mais um processo à sua costa, decidiu cometer mais crimes para «escolher a liberdade».

Trata-se de um desses seres anti-sociais a quem as liberdades do socialismo não convêm, que são efectivamente caso raro nos países socialistas e abundam infelizes mas compreensivelmente nos países capitalistas.

Compreensivelmente, dizemos, e damos aqui algumas razões que provam que o crime compensa nos países em que a exploração do homem pelo homem se mantém e floresce.

Pois em 19 de Dezembro do ano passado, o criminoso Weinhold roubou uma espingarda do exército, assassinou dois guardas fronteiriços (abatendo-os pelas costas) que serviam a pátria socialista, e escolheu a liberdade da Alemanha Federal. Pelo que aí se passou depois poderá-se o assassino congratular-se.

Pelos crimes cometidos em território da República Democrática Alemã, entre os quais avultam os assassinatos de Klaus Petar Sidel e de Jürgen Langel, os dois guardas da fronteira, o Procurador-geral da RDA pediu às autoridades da Alemanha capitalista a extradição do fugitivo. Um ano de cartas e formalidades da jurisdição burguesa arrastaram o caso. Mas a decisão parecia estar já tomada. Com o efeito, o ministro da Justiça da RFA decidiu por fim não extraditar o assassino.

Preso entretanto pelas autoridades da Alemanha Federal, Weinhold foi acusado pelo crime que tinha praticado num outro país. No entanto poder-se-ia pensar à primeira vista que as autoridades judiciais que o vieram a julgar estavam decididas a fazer justiça. Mesmo que se tratasse daquela independente justiça burguesa tão apregoada.

Weinhold foi finalmente julgado em Essen. Os assassinatos foram provados. O procurador pediu a condenação do réu. A pena proposta foi de 10 anos de prisão. O juiz absolveu-o.

Num acórdão que é uma das peças mais rebuscadas e vergonhosas do anticomunismo, o tribunal dá razão a um assassino. Talvez o condenasse com severidade se Weinhold tivesse apenas roubado uma saculicha de Francoforte ao merceário da esquina, Matar, porém, não é, para os juizes da social-democracia alemã um crime quando se trata de assassinar cidadãos de um país socialista e escapar à justiça da RDA. Aliás, matar, nessas condições não é crime, decidiu o acórdão, matar é perfeitamente natural!

Mas a justiça foi mais longe. Não satisfeita com a absolvição de um provado criminoso, decidiu o tribunal compensá-lo. Efectivamente pagou a Weinhold mil e quinhentos marcos por cada mês de prisão preventiva que este sofrera aguardando na cadeia as formalidades burocráticas e o julgamento. Os dirigentes da RFA não hesitam assim em recorrer aos mais vergonhosos meios para estimular a procaçia. Para isso, não recebem atropelar a lei e afirmam o crime compensa em terras de social-democracia. O preço foi estabelecido pelo tribuna

# PIDES EM LIBERDADE

Ao mesmo tempo que prossegue o julgamento do pido Domingues, o assassino do nosso camarada José Dias Coelho, outros torcionários da PIDE/DGS têm sido postos em liberdade, devido às denominadas «atenuantes gerais» previstas no Código Penal (1.ª e 23.ª do Artigo 39.º) e no Código de Justiça Militar (7.ª do Artigo 23.º), bem como às «atenuantes extraordinárias» estabelecidas no controverso Decreto-Lei 349/76 (circunstância 1.ª do Artigo 6.º). Tal como aconteceu com o director de serviços da PIDE/DGS, o sinistro Manuel da Silva Clara — recentemente libertado por decisão do 4.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, visto que apenas foi condenado à pena expiada de 14 meses de prisão, tendo estado detido, antes do julgamento, durante 22 meses — os pides até agora levados a tribunal, à excepção do Domingues, têm sido «desculpados» pelo «bom comportamento anterior», por terem cumprido as ordens dos seus superiores hierárquicos e por não serem apresentadas queixas ou quaisquer provas de «violações exercidas pelo réu.»

O elogio dos pides e da polícia política fascista, a arrogância dos torcionários, as patéticas intervenções dos «seus velhos amigos», a apologia do fascismo e da repressão, e frases deste teor: «Eu disse que o senhor (o pido) podia mentir à vontade porque não há testemunhas de acusação. Mas que diabo, minta, mas não tanto... O senhor está a contrariar o que consta do seu próprio cadastro...» — foram características salientes dos julgamentos que deliberaram a libertação definitiva de agentes da PIDE, como Manuel da Silva Clara, director de serviços; Idílio Alves Teixeira, agente de 1.ª classe; e Vítor Rufino, agente de 2.ª classe. Para cada um a sua história. Mas para todos eles a mesma «determinação» em afirmar, caso seja necessário, que não existiu a PIDE/DGS, que não foram assassinados comunistas, que não foram presos e torturados centenas e centenas de

democratas, que não foram perseguidos milhares de antifascistas portugueses, que não existiram as mamoiras de Caxias e de Peniche ou as «frigidárias» do Tarrafal.

O Manuel Clara, reconhecido pelo próprio tribunal como um elemento do «pessoal dirigente» da PIDE/DGS, entrou para aquela organização terrorista em 22 de Fevereiro de 1951, já como inspector interino, tendo sido, passados sete anos, promovido a «subinspector de serviços». Em 1972 chegou a «director de serviços». Segundo se afirma no acórdão do 4.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, «chefe dos serviços chamados reservados» e «a subdirector do Porto», e fez parte do «Conselho da DGS». Em 16 de Maio de 1974 foi detido. Em 26 de Março último é libertado condicionadamente, estando agora em liberdade total. No dia do julgamento, apesar das altas funções que desempenhou na PIDE, não faltaram os maiores e mais variados elogios à sua sinistra pessoa, a quem foi dispensada uma longa lista de louvores apontados por «velhos amigos». Depois dos elogios ao pido Clara e à DGS — proferidos pelo actual presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Tocha (concelho de Cantanhede), o cacique Manuel da Costa Nogueira; o sr. Manuel da Costa Padez; o dr. João Maria da Costa Quintela; o dr. Augusto Simões da Silva; o sr. Manuel Luís, sem esquecer o advogado de defesa, dr. Joaquim da Ponte Valentim — a alegação do seu defensor terminaria, para espanto dos presentes, com uma sessão de poesia, durante a qual foi lido um poema da autoria de João Saraiva (?), dirigido ao «Menino Jesus», onde o autor se queixa da «maldade dos homens» (não os da PIDE, é evidente...).

O pido Idílio Alves Teixeira foi, entretanto, condenado a 12 meses de prisão pelo 5.º Tribunal Militar de Lisboa, embora tenha também saído em liberdade visto que já cumprira 18 meses de

prisão preventiva. O mesmo tribunal condenou a 15 meses de prisão o pido Vítor Rufino. Foi igualmente posto em liberdade, pois já tinha cumprido 21 meses de prisão preventiva. Mais um pido que saiu em liberdade porque não havia queixas contra a sua actuação, porque pertenceu à PIDE «apenas durante 18 meses e 22 dias» e tivera «um bom comportamento» anterior.

**O JULGAMENTO DO ASSASSINO DE DIAS COELHO**

Chamado a depor sobre o conteúdo do relatório da autópsia do cadáver do nosso camarada José Dias Coelho, o director do Instituto de Medicina Legal e co-autor do referido relatório sublinhou, no decorrer de uma sessão do 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, onde está a ser julgado o pido António Domingues, o assassino daquele militante comunista, que «através da autópsia não se encontravam sinais de disparo a curta distância, mas sim com o cano da arma encostado à roupa da vítima». Na intervenção do prof. Mário Arsenio Nunes — análise pormenorizada e rigorosa da forma como foi assassinado o «malgrado militante do nosso Partido» — foram expostas as razões que o levaram, em Dezembro de 1961, a concluir que o tiro disparado pelo pido Domingues foi desfechado à queima-roupa, tendo, ao mesmo tempo, considerado completamente impossível que a bala tenha atravessado a uma gabardina (referia-se à do pido Manuel Lavado), e deixou vestígios de pólvora no forro de outra gabardina (a do camarada Dias Coelho).

O advogado de defesa, que mantém insistentemente a versão pidesca sobre o assassinio, seria uma vez mais derrotado, quando o dr. Pereira Sombreiro, técnico principal do Instituto de Medicina Legal, reforçou e confirmou as palavras do prof. Mário Arsenio Nunes, tendo garantido que não existe qualquer hipótese de a bala «ter vindo de baixo para cima», como sustenta o pido Domingues.

# PARA CUMPRIR A LEI EM VIGOR O PATRONATO TEM DE COBRAR A QUOTIZAÇÃO SINDICAL

O movimento sindical não é uma ilha isolada no meio da corrente da vida política portuguesa. O movimento sindical, como parte integrante do movimento operário e popular, é parte também — e decisiva — da frente de luta organizada que sustenta a consolidação da democracia que enfrenta as arremetidas da recuperação capitalista contra as conquistas e realizações de todo o povo na via do socialismo.

O movimento sindical é um movimento independente. Mas afirmar isso e reconhecer essa independência perante o Estado, os partidos, o patronato e as confissões religiosas, não é limitar a acção sindical. É preciso ter presente que quando o Governo legisla, por exemplo, contra a capacidade financeira dos sindicatos, está a legislar contra os interesses dos trabalhadores, sindicalizados

ou não. Atingir os sindicatos é, neste caso dos despedimentos e de outras leis antioperárias, atingir a capacidade de intervenção política (e não apenas económica) dos trabalhadores, sejam eles filiados ou não numa associação sindical.

A acção do Governo é antioperária porque dificulta, porque tenta prejudicar ou destruir uma das organizações básicas e independentes para a defesa da classe operária e dos restantes trabalhadores, por eles criada e mantida através do que conseguiram conquistar ao longo dos anos numa luta, que não foi apenas económica. Foi principalmente uma luta política, integrada na luta que uniu as forças democráticas contra o fascismo.

Quando hoje o Governo do PS impõe uma lei sobre as quotizações sindicais,

invocando sem razão a liberdade e a independência dos sindicatos, esquece deliberadamente que os trabalhadores organizados não foram ouvidos para a adopção dessa lei, esquece que os sindicatos preparam um Congresso, esquece que os sindicatos são legítimos representantes dos trabalhadores e a que a Constituição obriga a consultá-los, na medida em que fazem parte de uma estrutura organizada do movimento operário e popular.

A legitimidade e a representatividade democráticas de todo o movimento sindical, representado a todos os níveis por associações com estatutos aprovados legalmente, não pode ficar dependente da vontade de quem pretende enfraquecê-lo para o dividir irremediavelmente, retirando-

lhe a força de intervenção na vida política.

**CUMPRIR OS CONTRATOS COLECTIVOS**

Por isso, a Intersindical Nacional — Confederação Geral (central única) dos Sindicatos Portugueses — ao referir-se ao Decreto-Lei n.º 841-B/76, que alterou, por ingerência do Governo, o artigo 21.º da Lei Sindical, no sentido de a cobrança da quotização deixar de ser feita pelas entidades patronais, sublinha e chama a atenção dos trabalhadores para o seguinte:

**O novo decreto-lei não pode, evidentemente, restringir o direito de contratação colectiva garantido na Constituição, pelo que serão plenamente**

válidos quaisquer acordos com as entidades patronais no sentido de estas procederem à cobrança dos trabalhadores sindicalizados. Muito menos poderia revogar os contratos colectivos já celebrados.

Por outro lado, mantém-se em vigor o artigo 52.º da Lei Sindical, estipulando:

**O que no presente diploma se dispõe não prejudica o estabelecido em cláusulas convencionais mais favoráveis às Associações Sindicais e aos trabalhadores.**

Atendendo a isso, atendendo às disposições legais em vigor, a Intersindical Nacional avisou todos os trabalhadores de que «as entidades patronais, obrigadas por convenções colectivas ou outros instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho a procederem à cobrança da quotização sindical e respectiva remessa aos Sindicatos, continuam vinculadas a esse dever».

E ainda: os trabalhadores e as Associações Sindicais têm o direito de exigir que os contratos colectivos de trabalho sejam cumpridos e o Ministério do Trabalho, através da Inspecção do Trabalho, tem de obrigar ao cumprimento dessas cláusulas.

O Governo pretende enfraquecer e isolar o Movimento Sindical Unitário. Mas tem pela frente uma organização que não engloba apenas as associações sindicais a todos os níveis da estrutura unitária. Engloba também a consciência política dos trabalhadores, que melhor do que ninguém conhecem onde estão os seus interesses políticos e os seus interesses económicos, onde estão os seus direitos durante os conquistados, que são os direitos do Povo Português.

— Cumprir-lhes passa, neste caso, como nos outros em que o Governo do PS legisla contra as massas trabalhadoras, pela recusa organizada e massiva de todas as ingerências e manobras que tentam limitar a capacidade democrática da participação da classe operária e de todos os trabalhadores nos destinos do País.

# ATÉ QUANDO O TERRORISMO?

O rebentamento de uma carga explosiva na principal conduta de água que abastece Lisboa teve como objectivo — à semelhança dos actos criminosos de sabotagem ocorridos nas linhas ferroviárias de Sintra e do Estoril — criar uma situação de perturbação e intranquilidade, em vésperas de eleições. Mas o povo não se intimidou. Resolveu serenamente e como péde o problema da falta de água e exigiu a prisão e o castigo dos bombistas e dos marginais.

O atentado terrorista ocorrido na madrugada do passado dia 9 contra a principal conduta de água que abastece Lisboa — localizada no lugar da Quintinha, nas imediações da Póvoa de Santa Iria — não pode ser considerado um acto isolado de vandalismo, praticado pelas forças da extrema-direita, por grupos terroristas organizados e comandados pelos que ainda sonham com um regresso ao passado, um regresso à ditadura fascista. Derrotados os seus intentos, quer através dos actos eleitorais, onde o nosso povo tem votado pela democracia e pelo progresso, quer através da luta quotidiana dos trabalhadores em defesa da liberdade e das conquistas

normalmente abastece a capital, constituiu um novo passo na escalada terrorista e teve como objectivo — à semelhança dos outros atentados criminosos praticados pela reacção nas linhas ferroviárias de Sintra e do Estoril — criar uma situação de perturbação, intranquilidade e insegurança, em vésperas de eleições para os órgãos do poder local, que apesar de todas as manobras empreendidas pela direita, assinalou um inegável avanço das forças da democracia e do progresso social. Intimidar o eleitorado e criar uma situação de generalizado incómodo e descontentamento pela alteração das normais condições de vida da população, para,

A quem interessou esta situação? Quais as forças interessadas na desestabilização social e económica? Quem está interessado na sabotagem? Quem deseja a liquidação da democracia e o boicote às eleições?

A resposta é só uma: a direita! A direita mostrou, uma vez mais, a sua face e o seu desespero perante um acto que veio consolidar a democracia portuguesa na sua marcha para o socialismo.

Tal como salienta uma nota da SIP do nosso Partido, os comunistas consideram «que é tempo de o Governo, as autoridades directamente responsabilizadas pelo combate ao terrorismo, assumirem corajosamente as missões patrióticas e constitucionais que lhes estão atribuídas e substituírem as suas repetidas promessas por medidas energéticas e eficazes no desmantelamento das redes terroristas e no castigo exemplar dos seus agentes e cúmplices.»

O mesmo documento assinala ainda:

**«O PCP salienta que os grandes meios de comunicação social, nomeadamente a RTP, em vez de servirem para o Governo intervir ilegalmente na campanha eleitoral ou divulgar declarações que estimulam situações de conflito e tensão, deveriam, de imediato, ser mobilizados para o combate ao terrorismo, travando a perturbação da população, responsabilizando claramente as forças reacçãoárias e fascistas por este atentado, restabelecendo a serenidade em vésperas de eleições.»**

Apesar de todas as provocações lançadas pela reacção, o nosso povo votou na esquerda e na construção de um poder local democrático. Os agentes das forças reacçãoárias não conseguiram, mais uma vez, lograr os seus intentos: a população, repudiando a prática terrorista, agiu serenamente.

# INICIATIVA PROVOCATÓRIA CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

Prosseguindo uma actividade divisionista, irresponsável e de provocação permanente às forças democráticas, principalmente aos comunistas — actividade que ultimamente tem vindo a ser acentuada —, a organização da UDP denominada GDUPs convocou para o passado sábado, uma marcha sobre a Herdade da Lobata, no distrito de Beja, cujos objectivos invocados não conseguiram, apesar de todas as manobras, esconder a acção provocatória e eleitoralista da infeliz iniciativa.

Assim, apesar da Comissão Directiva e dos trabalhadores da Unidade Colectiva de Produção «Margem Esquerda», onde está integrada a Herdade da Lobata, terem afirmado que não aceitavam a tal «jornada de solidariedade» como uma jornada de apoio à luta pela Reforma Agrária, mas como uma atitude provocatória

e demagógica — a luta dos trabalhadores da Lobata começou no dia 17 do passado mês, a paralisação do trabalho acabou no dia 5 e mesmo junto às eleições é que a UDP/GDUPs se lembrou de promover uma acção de apoio a esta luta —, um pequeno grupo de pessoas afectas aos denominados GDUPs, oriundas de Lisboa e Setúbal, apareceram no Baixo Alentejo, para tentar confundir os operários agrícolas de Beja e Serpa.

O esquerdismo — uma vez mais isolado — não conseguiu os seus objectivos. Não conseguiu o confronto entre os camponeses e as forças da GNR ali estacionadas, há muito desejado pelas forças reacçãoárias e pelos agrários. Os operários agrícolas e a população das zonas de Beja e Serpa, indiferentes à presença dos GDUPs, mostraram-se firmes, unidos e não responderam a provocação. Os soldados da

GNR que se mantiveram nos acessos à Lobata, apenas revistaram os autocarros dos manifestantes, não tendo ocorrido qualquer incidente.

O que se passou no passado sábado em Beja e Serpa, se por um lado desmascarou os intentos esquerdistas, criou, também, uma situação que poderia ter levado ao confronto violento entre trabalhadores e entre estes e as forças militarizadas, acção irresponsável que serve apenas os inimigos do progresso e da democracia, dando pretexto para as suas exigências de repressão sobre o movimento popular, sobre a luta dos trabalhadores portugueses.

A ofensiva contra a Reforma Agrária por parte das forças de direita e das que lhes fazem o jogo é uma realidade. Mas os trabalhadores do campo sabem que não é com a «ajuda» dos GDUPs e similares que essa ofensiva poderá ser travada.

# MAIS UM ATENTADO

1. Tendo tomado conhecimento do rebentamento de uma bomba nas instalações do jornal «O País», o PCP condena vigorosamente este novo atentado terrorista que constitui uma nova tentativa de criar no País um clima de insegurança e instabilidade que seja favorável às manobras e conspirações reacçãoárias contra o regime democrático.

2. Recordando que os últimos atentados terroristas tendo estado estreitamente combinados com insinuações e manobras provocatórias que visam desviar as atenções do envolvimento das forças reacçãoárias nos actos terroristas, o PCP volta a acentuar que tais atentados só podem interessar aos inimigos do Povo e da democracia portuguesa, sejam quais forem os alvos escolhidos ou a fachada a que os seus autores recorram para disfarçar os seus reais objectivos.

3. Alertando todos os democratas e antifascistas para a necessidade de dar combate a eventuais campanhas de calúnias e provocações — agora desencadeadas com o objectivo de apagar o grande sucesso das forças democráticas nas eleições do passado domingo — o PCP reclama uma vez mais o desmantelamento das redes terroristas, a descoberta dos autores dos atentados e o seu exemplar castigo.

4. O PCP considera lamentável que alguns órgãos de informação, ao darem publicidade às justificações e palavras de ordem invocadas pelos que teriam reclamado a autoria do atentado no jornal «O País», estejam, na prática, a colaborar nos previsíveis objectivos confusionalistas e provocatórios desta acção.

5. O Povo português acaba de votar novamente pela liberdade, pela democracia e pelo progresso social. Em respeito da sua vontade e do seu voto é imperioso que as actividades contra o regime democrático, venham de onde vierem, sejam firmemente combatidas, seja assegurada eficazmente a defesa da ordem democrática e garantida a tranquilidade e a segurança dos cidadãos.

15 de Dezembro de 1976

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

revolucionárias, a extrema-direita recorre ao uso da bomba para tentar conduzir o nosso país à desestabilização, procurando criar o clima propício ao uso, por parte da direita representada nos partidos reacçãoários legais, de soluções repressivas e antidemocráticas, e à intervenção de elementos fascistas que, apoiados pelo imperialismo, pretendem aparecer como os «salvadores da Pátria», para recomear, em seguida, a exploração e a perseguição sobre os trabalhadores.

A explosão, que se verificou às 2 horas e originou um rombo de cerca de 1 metro, tendo sido muito elevados os danos materiais, causou prejuízos a todos os níveis: pequenas e grandes empresas industriais e comerciais, e vários ramos da actividade nacional foram prejudicados, bem como cada cidadão na sua vida quotidiana.

seguidamente, pela via das insinuações e das calúnias, lança a dúvida sobre os verdadeiros responsáveis e procurando assim criar receptividade às soluções apontadas pela direita — foram, em síntese, os motivos que nortearam este criminoso atentado. Mas a manobra não passou!

A explosão, que se verificou às 2 horas e originou um rombo de cerca de 1 metro, tendo sido muito elevados os danos materiais, causou prejuízos a todos os níveis: pequenas e grandes empresas industriais e comerciais, e vários ramos da actividade nacional foram prejudicados, bem como cada cidadão na sua vida quotidiana.

Desmentindo, com factos, falsas declarações do sr. Gonelha, secretário de Estado do Trabalho, a Intersindical Nacional e as Federações dos Metalúrgicos, Portuários, Têxteis, Ferroviários, Construção Civil, Hotelaria, Panificação, Comércio e Madeiras afirmam a dado passo de um comunicado esclarecedor que «os trabalhadores e os sindicatos filiados na Intersindical

poderão, quando entenderem, verificar as contas dos seus sindicatos e desta Central Única, e constatar que o seu dinheiro tem sido, e será exclusivamente aplicado na defesa dos seus interesses.»

**• CONTROLO PARTIDÁRIO**

«O Governo impediu por completo a participação dos trabalhadores nesta lei», afirma a Intersindical Nacional num comunicado condenando a decisão do Conselho de Ministros de aprovar um decreto que regula a forma de eleição das comissões de trabalhadores nas empresas. Contra o que manda a Constituição, o Governo do PS «permiu-se legislar sobre matéria da competência exclusiva da Assembleia da República que, assim, é mais uma vez, desrespeitada», afirma ainda a Intersindical acrescentando que «há motivos irrefutáveis para pensar que esta iniciativa visa obter o controlo partidário de comissões de trabalhadores.»

**• O PAVOR DOS REFERENDISTAS**

Depois de ter recusado um requerimento de cerca de 400 sócios no sentido de os trabalhadores discutirem a sua participação no Congresso de Todos os Sindicatos, a direcção do Sindicato dos Seguros do Sul chamou agentes da polícia para expulsar da sede da organização trabalhadores nela filiados. Os agentes, verificando que não se tratava de nenhum assalto, retiraram-se rapidamente com a certeza de que a direcção se apavorara com sócios não-referendistas que participavam calmamente numa assembleia.

**• PLENÁRIO - HOJE**

Nas cantinas dos Ferroviários, junto à estação do Rossio, a União dos Sindicatos de Lisboa promove hoje, quinta-feira, pelas 21 horas, um plenário de delegados sindicais para discutir os decretos antioperários referentes à cobrança da quotização sindical e aos despedimentos.

**• SINDICATO E ORDEM**

Mais de centena e meia de médicos, reunidos no Hospital de Santa Maria, reafirmaram que a Ordem dos Médicos não tem existência legal. O que existe legalmente é o Sindicato Médico da Região Sul. «Pela feição corporativa que assume», a Ordem foi declarada inaceitável. Intervenções apontaram para a tentativa de destruição do Sindicato, que é «uma das manobras provocadas pela crescente escalada fascista».

**• NÃO AO DIREITO DE TENDÊNCIA**

Os trabalhadores da Função Pública da Zona Centro, reunidos em Aveiro, ao aprovarem, na especialidade, os Estatutos do seu Sindicato, eliminaram, por unanimidade, «o reconhecimento do direito de tendência» e derrotaram por esmagadora maioria uma tentativa de introduzir alterações num artigo que proíbe «a inscrição de sócios que tenham pertencido à PIDE, LP, UN/ANP, Liga dos Antigos Graduados da MP, Comissões de Censura ou outros órgãos repressivos do regime fascista».



No passado sábado, os filhos dos camaradas que trabalham na Editorial Avante!, na CDL e na Editorial Caminho tiveram a sua festa de Natal. Cerca de uma centena de crianças viveram horas de alegria e convívio, animado pela participação de Berca Moura, Nuno Gomes dos Santos e outros camaradas. Houve lanche e prendas para todos, Teatro Infantil, fantoches e palhaços. A festa terminou com a miudagem a cantar o «Avante, camarada»